

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS	2
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	4
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	8
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	10
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS	11
1. CONTEXTO OPERACIONAL	11
2. BASE DE PREPARAÇÃO	12
3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO	14
4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES	15
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	16
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	16
7. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA	17
8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	18
9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	18
10. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS	21
11. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	21
12. ATIVOS DE CONTRATO	23
13. INVESTIMENTOS	26
14. IMOBILIZADO	37
15. INTANGÍVEIS	38
16. ARRENDAMENTOS	40
17. FORNECEDORES	41
18. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	42
19. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	42
20. ENCARGOS REGULATÓRIOS	44
21. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	45
22. PROVISÕES	47
23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS	52
24. RECEITAS	53
25. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	55
26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	59
27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	60
28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	63
29. SEGMENTOS OPERACIONAIS	71
30. ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA	73
31. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI	74
DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS	75
RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - ITR	82

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	598.888	123.071	543.356	86.064
Títulos e valores mobiliários	6	1.579.284	943.789	935.440	618.130
Consumidores e revendedores	7	908.487	681.255	767.491	534.579
Concessionários - transporte de energia	7	114.238	113.324	111.515	111.164
Tributos compensáveis	8	61.622	31.874	26.144	27.921
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9a	775.254	652.515	773.671	650.523
Dividendos a receber	27	-	232.098	197.071	280.204
Ativo financeiro da concessão	11	308.010	283.233	-	-
Ativos de contrato	12	696.010	592.337	666.713	565.659
Instrumentos financeiros derivativos - NDF	28	68.609	-	68.609	-
Outros ativos		214.656	79.924	215.089	75.529
TOTAL DO CIRCULANTE		5.325.058	3.733.420	4.305.099	2.949.773
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e valores mobiliários	6	5.606	194.110	3.320	127.128
Consumidores e revendedores	7	877	3.393	188	715
Tributos compensáveis	8	49.471	71.546	31.410	27.614
Depósitos vinculados a litígios	10	210.685	161.820	204.427	152.759
Instrumentos financeiros derivativos - Swap	28	744.179	1.219.176	744.179	1.219.176
Outros ativos		52.754	55.000	57.884	62.084
Ativo financeiro da concessão	11	3.278.840	3.325.170	669.216	816.202
Ativos de contrato	12	3.852.675	3.684.645	3.766.069	3.595.441
Investimentos	13	3.520.438	3.330.193	7.919.345	7.481.708
Imobilizado	14	2.358.600	2.417.525	1.589.860	1.656.846
Intangível	15	1.005.412	1.112.912	685.055	773.405
Direito de uso	16a	42.261	41.864	40.694	40.427
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		15.121.798	15.617.354	15.711.647	15.953.505
TOTAL DO ATIVO		20.446.856	19.350.774	20.016.746	18.903.278

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
CIRCULANTE					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	19	187.950	470.536	187.950	470.536
Fornecedores	17	529.481	383.786	490.133	334.379
Imposto de renda e contribuição social	9b	127.142	157.444	-	-
Impostos, taxas e contribuições	18	133.216	144.387	111.453	123.747
Encargos regulatórios	20	125.249	111.160	114.842	100.052
Obrigações pós-emprego	21	81.236	75.257	81.236	75.257
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar		685.082	799.947	685.082	799.947
Salários e encargos sociais		65.816	58.625	64.785	57.655
Instrumentos financeiros derivativos - Swap	28	91.693	6.130	91.693	6.130
Instrumentos financeiros derivativos - Opção de venda	28	653.967	636.292	653.967	636.292
Passivo de arrendamentos	16b	5.360	9.829	4.988	9.637
Outros passivos		194.659	326.500	188.343	325.574
TOTAL DO CIRCULANTE		2.880.851	3.179.893	2.674.472	2.939.206
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	19	5.389.788	5.558.924	5.389.788	5.558.924
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9c	523.196	678.897	436.417	593.588
Impostos, taxas e contribuições	18	355.454	334.047	344.149	324.730
Encargos regulatórios	20	4.862	2.541	-	-
Obrigações pós-emprego	21	1.254.241	1.231.957	1.254.241	1.231.957
Provisões	22	439.929	438.043	439.442	437.772
Passivo de arrendamentos	16b	41.599	35.621	40.274	34.289
Outros passivos		146.836	135.397	27.863	27.358
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		8.155.905	8.415.427	7.932.174	8.208.618
TOTAL DO PASSIVO		11.036.756	11.595.320	10.606.646	11.147.824
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23				
Capital social		4.123.724	4.123.724	4.123.724	4.123.724
Reservas de lucros		2.464.672	2.464.672	2.464.672	2.464.672
Ajustes de avaliação patrimonial		(301.761)	(182.942)	(301.761)	(182.942)
Adiantamento para futuro aumento de capital		1.350.000	1.350.000	1.350.000	1.350.000
Lucros acumulados		1.773.465	-	1.773.465	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		9.410.100	7.755.454	9.410.100	7.755.454
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		20.446.856	19.350.774	20.016.746	18.903.278

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Jan a Set/2022	Jan a Set/2021	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021
RECEITA LÍQUIDA	24	6.092.581	6.260.319	5.230.692	5.206.557
CUSTOS OPERACIONAIS	25				
Custos com energia elétrica		(3.277.102)	(3.630.105)	(3.216.529)	(3.474.765)
Custos de construção		(197.998)	(101.728)	(197.998)	(101.728)
Custos de operação		(551.854)	(536.222)	(421.019)	(420.024)
		(4.026.954)	(4.268.055)	(3.835.546)	(3.996.517)
LUCRO BRUTO		2.065.627	1.992.264	1.395.146	1.210.040
DESPESAS OPERACIONAIS	25				
Perdas esperadas de créditos com liquidação duvidosa		(579)	(13.172)	(1.111)	(13.393)
Despesas gerais e administrativas		(140.979)	(75.895)	(141.253)	(75.721)
Outras despesas operacionais		(317.824)	(147.168)	(317.206)	(146.779)
		(459.382)	(236.235)	(459.570)	(235.893)
Repactuação do risco hidrológico – Lei 14.052/20	15	-	1.031.809	-	805.613
Revisão Tarifaria Periódica, líquida		-	217.063	-	217.063
Resultado de equivalência patrimonial	13	449.138	56.044	982.738	830.659
Ganho na alienação de ativo mantido para venda	30	6.644	-	6.644	-
Resultado operacional antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro		2.062.027	3.060.945	1.924.958	2.827.482
Receitas financeiras	26	365.934	94.435	306.413	77.507
Despesas financeiras	26	(750.884)	(2.005.787)	(735.595)	(1.992.706)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		1.677.077	1.149.593	1.495.776	912.283
Imposto de renda e contribuição social correntes	9d	(178.247)	(321.845)	1.699	(155.396)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9d	155.816	94.549	157.171	165.410
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		1.654.646	922.297	1.654.646	922.297
Lucro básico e diluído por ação – R\$	23	0,57	0,32	0,57	0,32

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Jul a Set/2022	Jul a Set/2021	Jul a Set/2022	Jul a Set/2021
RECEITA LÍQUIDA	24	1.918.704	2.369.226	1.675.711	2.038.059
CUSTOS OPERACIONAIS	25				
Custos com energia elétrica		(1.319.068)	(1.600.331)	(1.299.101)	(1.498.547)
Custos de construção		(72.112)	(54.604)	(72.112)	(54.604)
Custos de operação		(169.147)	(200.554)	(122.375)	(154.106)
		(1.560.327)	(1.855.489)	(1.493.588)	(1.707.257)
LUCRO BRUTO		358.377	513.737	182.123	330.802
DESPESAS OPERACIONAIS	25				
Perdas esperadas de créditos com liquidação duvidosa		(884)	(7.593)	(983)	(7.801)
Despesas gerais e administrativas		(39.532)	(29.931)	(39.979)	(29.927)
Outras despesas operacionais		(74.214)	(63.800)	(74.020)	(65.574)
		(114.630)	(101.324)	(114.982)	(103.302)
Repactuação do risco hidrológico – Lei 14.052/20	15	-	122.208	-	122.208
Resultado de equivalência patrimonial		175.118	178.884	323.288	324.855
Resultado operacional antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro		418.865	713.505	390.429	674.563
Receitas financeiras	26	178.240	73.753	152.511	66.656
Despesas financeiras	26	(325.315)	(1.216.053)	(321.076)	(1.213.858)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		271.790	(428.795)	221.864	(472.639)
Imposto de renda e contribuição social correntes	9d	(49.665)	167.592	1.699	209.081
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9d	29.117	50.544	27.679	52.899
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO		251.242	(210.659)	251.242	(210.659)
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação – R\$	23	0,09	(0,07)	0,09	(0,07)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	1.654.646	922.297	1.654.646	922.297
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	1.654.646	922.297	1.654.646	922.297

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/2022	Jul a Set/2021	Jul a Set/2022	Jul a Set/2021
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	251.242	(210.659)	251.242	(210.659)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	251.242	(210.659)	251.242	(210.659)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	4.000.000	-	2.072.877	(230.706)	-	5.842.171
Lucro líquido do período	-	-	-	-	922.297	922.297
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	1.350.000	-	-	-	1.350.000
Realização do custo atribuído	-	-	-	(6.269)	6.269	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(135.134)	(135.134)
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021	4.000.000	1.350.000	2.072.877	(236.975)	793.432	7.979.334
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	4.123.724	1.350.000	2.464.672	(182.942)	-	7.755.454
Lucro líquido do período	-	-	-	-	1.654.646	1.654.646
Realização do custo atribuído	-	-	-	(118.819)	118.819	-
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022	4.123.724	1.350.000	2.464.672	(301.761)	1.773.465	9.410.100

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Jan a Set/2022	Jan a Set/2021	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do período		1.654.646	922.297	1.654.646	922.297
Ajustes por:					
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa:					
Depreciação e amortização	25	246.471	182.529	190.515	134.581
Baixas de valor residual líquido de ativos financeiros da concessão, ativos de contrato, imobilizado e intangível		180.439	4.186	171.828	678
Repactuação do risco hidrológico – Lei 14.052/20	15	-	(1.031.809)	-	(805.613)
Ajuste na expectativa do fluxo de caixa dos ativos financeiros e de contrato da concessão	11 e 12	(883.910)	(838.017)	(510.937)	(469.175)
Equivalência patrimonial	13b	(449.138)	(56.044)	(982.738)	(830.659)
Ágio na recompra de eurobonds	19	-	491.036	-	491.036
Juros e variações monetárias		409.338	670.687	409.238	669.102
Variação cambial de empréstimos e financiamentos	19	(173.900)	212.850	(173.900)	212.850
Efeitos da revisão tarifária periódica da RAP	12	-	(238.815)	-	(238.815)
Ganho na alienação de ativo mantido para venda	30	(6.644)	-	(6.644)	-
Amortização do custo de transação de empréstimos e financiamentos	19	1.843	15.778	1.843	15.778
Imposto de renda e contribuição social diferidos	09c	(155.816)	(94.549)	(157.171)	(165.410)
Reconhecimento de créditos extemporâneos de PIS/Pasep e Cofins s/ICMS		(2.104)	(4.125)	-	(2.504)
Provisões para perdas operacionais, líquidas	25b	10.156	36.403	10.470	36.613
Variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos - Swap/NDF	28	301.940	577.129	301.940	577.129
Variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos - Opção de venda	28	17.675	36.335	17.675	36.335
Obrigações pós-emprego	21	106.225	80.554	106.225	80.554
Outros		136.801	10.793	136.800	11.109
		1.394.022	977.218	1.169.790	675.886
(Aumento) redução de ativos					
Consumidores e revendedores		(225.295)	(52.117)	(233.496)	(35.482)
Tributos compensáveis		(5.569)	(7.154)	(2.019)	1.062
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		206.419	4.122	216.987	12.074
Concessionários e transporte de energia		(914)	15.757	(351)	15.228
Depósitos vinculados a litígios		(39.597)	1.223	(42.470)	1.306
Dividendos recebidos		187.151	124.127	344.394	532.311
Ativos financeiros da concessão e ativos de contrato	11 e 12	461.990	577.995	214.471	370.724
Outros		(107.024)	50.129	(109.898)	24.738
		477.161	714.082	387.618	921.961
Aumento (redução) de passivos					
Fornecedores		145.695	181.787	155.754	210.223
Impostos, taxas e contribuições		(14.175)	162.201	(17.290)	157.178
Imposto de renda e contribuição social a pagar		178.247	321.845	(1.699)	155.396
Salários e contribuições sociais		7.191	9.456	7.130	9.396
Encargos regulatórios		16.410	(82.874)	14.790	(76.376)
Obrigações pós-emprego	21	(77.962)	(67.631)	(77.962)	(67.631)
Outros		37.091	(2.823)	20.654	(6.898)
		292.497	521.961	101.377	381.288
Caixa gerado pelas atividades operacionais		2.163.680	2.213.261	1.658.785	1.979.135
Imposto de renda e contribuição social pagos		(503.880)	(366.146)	(304.609)	(201.100)
Juros pagos de empréstimos, financiamentos e debêntures	19	(285.043)	(930.952)	(285.043)	(930.128)
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos	28	156.184	912.341	156.184	912.341
Juros pagos de arrendamentos	16	(420)	(383)	(395)	(355)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		1.530.521	1.828.121	1.224.922	1.759.893
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aportes em investimentos	13b	(384)	(1.359)	(20.384)	(21.609)
Ganho na alienação de ativo mantido para venda	30	6.644	-	6.644	-
Imobilizado	14	(76.763)	(104.901)	(23.738)	(57.102)
Intangível	15	(4.195)	(3.700)	(4.193)	(3.700)
Títulos e valores mobiliários		(446.991)	493.302	(193.502)	557.764
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(521.689)	383.342	(235.173)	475.353
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Jan a Set/2022	Jan a Set/2021	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos		(114.865)	(527.769)	(114.865)	(527.769)
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	19	(409.512)	(3.249.192)	(409.512)	(3.217.280)
Pagamentos de arrendamentos	16	(8.638)	(8.631)	(8.080)	(8.024)
Adiantamento para futuro aumento de capital	23	-	1.350.000	-	1.350.000
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(533.015)	(2.435.592)	(532.457)	(2.403.073)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		475.817	(224.129)	457.292	(167.827)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5	123.071	384.397	86.064	290.995
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO		598.888	160.268	543.356	123.168

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021
RECEITAS				
Venda de energia e serviços	6.528.963	6.785.377	5.892.346	5.950.733
Receita de construção	269.760	137.828	269.760	137.828
Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão	434.779	433.075	414.391	433.075
Receita de atualização financeira da bonificação pela outorga	352.585	368.842	-	-
Resultado da revisão tarifária periódica do contrato de transmissão	-	238.815	-	238.815
Receita de indenização da geração	24.784	-	24.784	-
Perdas esperadas de créditos com liquidação duvidosa	(579)	(13.172)	(1.111)	(13.393)
Ganho na alienação de ativo mantido para venda	6.644	-	6.644	-
Outras receitas, líquidas	66.417	(8.708)	66.417	(8.708)
	7.683.353	7.942.057	6.673.231	6.738.350
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Energia elétrica comprada para revenda	(3.409.639)	(3.820.064)	(3.399.658)	(3.697.977)
Encargos de uso da rede básica da transmissão	(197.242)	(170.184)	(142.717)	(126.561)
Serviços de terceiros	(219.204)	(144.850)	(173.819)	(110.852)
Materiais	(204.410)	(93.315)	(198.132)	(82.663)
Concessão onerosa	(3.034)	(2.570)	(3.027)	(2.563)
Outros custos operacionais	(202.821)	(84.028)	(201.127)	(79.750)
	(4.236.350)	(4.315.011)	(4.118.480)	(4.100.366)
VALOR ADICIONADO BRUTO	3.447.003	3.627.046	2.554.751	2.637.984
RETENÇÕES				
Depreciação e amortização	(246.471)	(182.529)	(190.515)	(134.581)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	3.200.532	3.444.517	2.364.236	2.503.403
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Repactuação do risco hidrológico – Lei 14.052/20	-	1.031.809	-	805.613
Resultado de equivalência patrimonial	449.138	56.044	982.738	830.659
Receitas financeiras	376.631	98.482	316.105	81.286
	825.769	1.186.335	1.298.843	1.717.558
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	4.026.301	4.630.852	3.663.079	4.220.961
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Empregados	352.844	296.990	335.043	281.313
Remuneração direta	197.868	179.418	180.721	164.307
Obrigações pós-emprego e outros benefícios	131.449	99.215	130.929	98.774
FGTS	12.689	12.189	12.555	12.064
Programa de desligamento voluntário programado	10.838	6.168	10.838	6.168
Impostos, taxas e contribuições	1.263.568	1.401.891	936.220	1.023.535
Federais	762.813	867.443	488.609	543.857
Estaduais	496.481	525.530	443.836	476.033
Municipais	4.274	8.918	3.775	3.645
Remuneração de capitais de terceiros	755.243	2.009.674	737.170	1.993.816
Juros	750.884	2.005.787	735.595	1.992.706
Aluguéis	4.359	3.887	1.575	1.110
Remuneração de capitais próprios	1.654.646	922.297	1.654.646	922.297
Juros sobre capital próprio	-	135.134	-	135.134
Lucros retidos	1.654.646	787.163	1.654.646	787.163
	4.026.301	4.630.852	3.663.079	4.220.961

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

REFERENTES AO PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2022

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a) A Companhia

A Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Companhia”, “Cemig GT” ou “Cemig Geração e Transmissão”) é uma sociedade anônima de capital aberto, inscrita no CNPJ nº 06.981.176/0001-58, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em bolsa de valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais.

A Companhia tem por objeto social: (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar Sistemas de Geração, Transmissão e Comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito ou a empresas das quais mantenha o controle acionário; (ii) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial; (iii) prestar serviço de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior e (iv) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social. No terceiro trimestre de 2021, iniciou-se o processo de segregação do negócio de comercialização, a partir de sua transferência parcial da Cemig GT para a sua controladora Cemig, mantendo sua estratégia corporativa.

A Companhia possui participação em 67 usinas, sendo 60 hidrelétricas, 6 eólicas e 1 solar e 73 linhas de transmissão pertencentes à Rede Básica do Sistema Brasileiro de Geração e Transmissão, com capacidade instalada de 5.485 MW.

A Companhia possui participação societária em empresas controladas individualmente ou em conjunto e coligadas, cujos objetivos principais são a construção e a operação de sistemas de produção e comercialização de energia elétrica, conforme descrito na nota explicativa nº 13.

b) Implantação das usinas solares fotovoltaicas Boa Esperança e Jusante

Em 23 de agosto de 2022, a Companhia celebrou contratos de fornecimento na modalidade Full EPC (Engineering, Procurement and Construction) para implantação das Usinas Solares Fotovoltaicas (“UFVs”) Boa Esperança e Jusante, com Capex estimado na ordem de R\$824 milhões, sendo R\$447 milhões para UFV Boa Esperança e R\$377 milhões para UFV Jusante.

A UFV Boa Esperança possuirá 85MW de potência instalada em inversor (aproximadamente 100,4 MWp), localizada em terreno de propriedade da Companhia, no município de Montes Claros, Minas Gerais. A UFV Jusante será composta por 7 usinas de 10MW cada, totalizando 70MW de potência instalada em inversor (aproximadamente 87 MWp), localizada em terreno de propriedade da Companhia, no município de São Gonçalo do Abaeté, Minas Gerais. O cronograma dos projetos prevê a energização das usinas até setembro de 2023.

A implantação dessas usinas está alinhada ao planejamento estratégico do Grupo Cemig, reforçando sua atuação no segmento de energias renováveis, com rentabilidade compatível com o custo de capital da Companhia para esse tipo de projeto.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, foram elaboradas de acordo com o International Accounting Standard nº 34, Interim Financial Reporting emitido pelo International Accounting Standards Board – IASB, Pronunciamento Contábil nº 21 (R1) - “CPC 21”, que abrange as informações contábeis intermediárias e com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (“DVA”) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas, CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Exceto pelas novas normas, ou alterações, vigentes desde 1º janeiro de 2022, estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas, seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras, aprovadas pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2022.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

O Conselho de Administração da Companhia autorizou a emissão destas informações contábeis intermediárias em 11 de novembro de 2022.

2.2 Correlação entre as notas explicativas divulgadas nas Demonstrações Financeiras Anuais e as Informações Contábeis Intermediárias

Número das notas explicativas		Título das notas explicativas
31/12/2021	30/09/2022	
1	1	Contexto operacional
2	2	Base de preparação
3	3	Princípios de consolidação
4	4	Das concessões e autorizações
5	29	Segmentos operacionais
6	5	Caixa e equivalentes de caixa
7	6	Títulos e valores mobiliários
8	7	Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia
9	8	Tributos compensáveis
10	9	Imposto de renda e contribuição social
11	10	Depósitos vinculados a litígios
12	11	Ativos financeiros da concessão
13	12	Ativos de contrato
14	13	Investimentos
15	14	Imobilizado
16	15	Intangíveis
17	16	Arrendamentos
18	17	Fornecedores
19	18	Impostos, taxas e contribuições
22	19	Empréstimos, financiamentos e debêntures
21	20	Encargos regulatórios
22	21	Obrigações pós-emprego
23	22	Provisões
24	23	Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas
25	24	Receitas
26	25	Custos e despesas operacionais
27	26	Receitas e despesas financeiras
28	27	Transações com partes relacionadas
29	28	Instrumentos financeiros e gestão de riscos
30	30	Alienação de participação societária
33	31	Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI

As notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 que foram suprimidas nas informações contábeis intermediárias (ITR) pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não serem aplicáveis às informações contábeis intermediárias são as seguintes:

Número das notas	Título das notas explicativas
31	Seguros
32	Obrigações contratuais

2.3 Pronunciamentos revisados aplicados pela primeira vez em 2022

As alterações do CPC 25/IAS 37 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - contratos onerosos, do CPC 27/IAS 16 - Ativo imobilizado e do CPC 15/IFRS 3 – Combinação de negócios, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2022 ou após esta data, não impactaram as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia.

2.4 Reagrupamento Demonstrações dos Resultados (DRE)

A partir do terceiro trimestre de 2022, a Companhia efetuou ajustes de classificação em suas despesas nas Demonstrações dos Resultados, de forma a agregar certos itens de acordo com sua função. A divulgação da natureza das despesas mantém-se apresentada nas respectivas notas explicativas sem alterações. Os referidos ajustes não afetam margens e indicadores representando apenas melhorias propostas pela Administração da Companhia. A fim de manter a comparabilidade, as informações correspondentes ao período findo em 30 de setembro de 2021 estão sendo apresentadas neste mesmo critério. Tais ajustes foram considerados imateriais pela Companhia.

3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As datas das informações contábeis intermediárias das sociedades controladas, utilizadas para a consolidação e das controladas em conjunto e coligadas utilizadas para o cálculo de equivalência patrimonial, são elaboradas na mesma data de encerramento da Companhia. As práticas contábeis são aplicadas de maneira uniforme àquelas utilizadas pela controladora.

A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral e a sua participação direta é como segue:

Sociedades controladas	30/09/2022 e 31/12/2021	
	Forma de avaliação	Participação direta (%)
Cemig Baguari Energia S.A. ("Cemig Baguari")	Consolidação	100
Cemig Geração Três Marias S.A. ("Cemig Geração Três Marias")	Consolidação	100
Cemig Geração Salto Grande S.A. ("Cemig Geração Salto Grande")	Consolidação	100
Cemig Geração Itutinga S.A. ("Cemig Geração Itutinga")	Consolidação	100
Cemig Geração Camargos S.A. ("Cemig Geração Camargos")	Consolidação	100
Cemig Geração Sul S.A. ("Cemig Geração Sul")	Consolidação	100
Cemig Geração Leste S.A. ("Cemig Geração Leste")	Consolidação	100
Cemig Geração Oeste S.A. ("Cemig Geração Oeste")	Consolidação	100
Sá Carvalho S.A. ("Sá Carvalho")	Consolidação	100
Horizontes Energia S.A. ("Horizontes")	Consolidação	100
Rosal Energia S.A. ("Rosal Energia")	Consolidação	100
Cemig PCH S.A. (Cemig PCH)	Consolidação	100
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A. ("ESCEE")	Consolidação	100
Cemig Geração Poço Fundo S.A. ("Poço Fundo")	Consolidação	100
Cemig Trading S.A. ("Cemig Trading")	Consolidação	100
Central Eólica Praias de Parajuru S.A. ("Parajuru")	Consolidação	100
Central Eólica Volta do Rio S.A. ("Volta do Rio")	Consolidação	100
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A. ("Centroeste")	Consolidação	100

4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES

A Companhia, incluindo suas subsidiárias integrais e as participações em consórcio, detém junto à Aneel, as seguintes concessões e autorizações:

	Empresa detentora da concessão/autorização	Contrato de concessão/autorização	Data de vencimento
GERAÇÃO			
Usinas hidrelétricas			
Emborcação (2)	Cemig GT	07/1997	05/2027
Nova Ponte (2)	Cemig GT	07/1997	08/2027
Santa Luzia	Cemig GT	07/1997	02/2026
Irapé (2)	Cemig GT	14/2000	09/2037
Queimado (Consórcio) (2)	Cemig GT	06/1997	06/2034
Rio de Pedras (2)	Cemig GT	02/2013	12/2025
Poço Fundo (2) (4)	Cemig Geração Poço Fundo	01/2021	05/2052
São Bernardo (2)	Cemig GT	02/2013	06/2027
Rosal (2)	Rosal Energia	01/1997	12/2035
Machado Mineiro (1)			05/2027
Salto Voltão (1)			06/2033
Salto Paraopeba	Horizontes Energia	Resolução 331/2002	10/2030
Salto do Passo Velho (1)			03/2031
Pai Joaquim (3)	Cemig PCH	Resolução autorizativa 377/2005	04/2032
Sá Carvalho (2)	Sá Carvalho	01/2004	08/2026
Três Marias (2)	Cemig Geração Três Marias	08/2016	01/2053
Salto Grande (2)	Cemig Geração Salto Grande	09/2016	01/2053
Itutinga (2)	Cemig Geração Itutinga	10/2016	01/2053
Camargos (2)	Cemig Geração Camargos	11/2016	01/2053
Coronel Domício (2)			04/2047
Joasal, Marmelos, Paciência e Piau (2)	Cemig Geração Sul	12/2016 e 13/2016	01/2053
Dona Rita (2)			07/2050
Ervália e Neblina (2)			04/2047
Peti (2)	Cemig Geração Leste	14/2016 e 15/2016	01/2053
Sinceridade (2)			03/2047
Tronqueiras (2)			12/2046
Cajuru, Gafanhoto e Martins (2)	Cemig Geração Oeste	16/2016	01/2053
Usinas Eólicas			
Central Geradora Eólica Praias de Parajuru	Parajuru	Resolução 526/2002	09/2032
Central Geradora Eólica Volta do Rio	Volta do Rio	Resolução 660/2001	01/2031
TRANSMISSÃO			
Rede Básica	Cemig GT	006/1997	01/2043
Subestação – SE Itajubá	Cemig GT	79/2000	10/2030
Linha de transmissão Furnas – Pimenta	Centroeste	004/2005	03/2035

- (1) A Aneel alterou, por meio da Resolução Autorizativa nº 12.137, de 14 de junho de 2022, o término de vigência das outorgas de autorização dessas usinas, em função da repactuação do risco hidrológico (GSF).
- (2) Em 7 de outubro de 2022, foram assinados os aditivos aos contratos de concessão dessas usinas para constar a nova data de vigência da outorga.
- (3) Usina elegível à extensão da outorga em função da repactuação do risco hidrológico (GSF) e que, por possuir outorga por meio de resolução autorizativa, aguarda a reformulação desse ato para constar a nova data.
- (4) Em 29 de setembro de 2022 e em 1º de outubro de 2022, a Aneel autorizou o início da operação comercial das Unidades Geradoras “UG-01” e “UG-02”, respectivamente, sendo ambas da PCH Poço Fundo. A entrada em operação comercial da UG’s ocorreu com uma antecedência de cerca de 3 meses em relação ao prazo de suprimento estabelecido no Leilão A-4 realizado pela Aneel em junho de 2018, quando foi comercializada a energia incremental decorrente da ampliação da PCH Poço Fundo (9,16 MW para 30,00 MW e da garantia física de 5,79 MW médios para 16,59 MW médios).

A Companhia produz energia por meio de 9 hidroelétricas de potencial igual ou inferior a 5MW, com potência instalada total de 11,53 MW, e, assim, nos termos da Lei 9.074/95, estão dispensadas de concessão, permissão ou autorização, e não possuem prazo final de concessão.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Contas bancárias	1.884	5.917	271	3.772
Aplicações financeiras:				
Certificados de Depósitos Bancários (CDB) (1)	475.301	70.251	472.845	50.846
Aplicações automáticas - Overnight (2)	114.809	44.789	67.996	29.334
Outros	6.894	2.114	2.244	2.112
	597.004	117.154	543.085	82.292
	598.888	123.071	543.356	86.064

- (1) Os Certificados de Depósito Bancário (CDBs) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – Cetip, que variam entre 80% a 105,2% em 30 de setembro de 2022 (90% a 106,6% em 31 de dezembro de 2021) conforme operação. Para esses CDBs, a Companhia e suas controladas possuem operações compromissadas afirmando, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente.
- (2) As operações de aplicações automáticas (*overnight*) consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada que varia de 13,62% a.a. a 13,64% a.a. em 30 de setembro de 2022 (8,87% a.a. a 9,14% em 31 de dezembro de 2021) e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia e de suas controladas ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

A exposição da Companhia e de suas controladas a riscos de taxas de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 28.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Circulante				
Certificados de Depósitos Bancários (CDB) (1)	598.037	55.290	354.186	36.211
Letras financeiras (LFs) – Bancos (2)	866.206	779.375	513.008	510.436
Letras financeiras do Tesouro (LFTs) (3)	108.871	98.108	64.478	64.254
Debêntures (4)	5.890	10.975	3.488	7.188
Outros	280	41	280	41
	1.579.284	943.789	935.440	618.130
Não circulante				
Letras financeiras (LFs) – Bancos (2)	1.883	191.430	1.115	125.373
Debêntures (4)	3.723	2.680	2.205	1.755
	5.606	194.110	3.320	127.128
	1.584.890	1.137.899	938.760	745.258

- (1) Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – Cetip, que foi de 103% do CDI em 30 de setembro de 2022 (107,24% em 31 de dezembro de 2021) conforme operação.
- (2) As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (Cetip). As LFs que compõem a carteira possuem taxa de remuneração que variam entre 104,76% a 115% do CDI em 30 de setembro de 2022 (105,00% a 130,00% em 31 de dezembro de 2021).
- (3) As Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa Selic diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título. As LFTs que compõem a carteira possuem taxa de remuneração que varia entre 13,65% a 13,9% a.a. em 30 de setembro de 2022 (9,12% a 9,50% a.a. em 31 de dezembro de 2021).
- (4) Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem ao seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre Taxa Referencial (TR) + 1,00% a 114,29% do CDI em 30 de setembro de 2022 (TR + 1,00% a 109,00% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

A classificação destes títulos e valores mobiliários e as aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas nas notas explicativas nº 27 e 28, respectivamente.

7. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

	Saldos a vencer		Vencidos			Consolidado	
	Faturado	Não faturado	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Há mais de 360 dias	30/09/2022	31/12/2021
Industrial	15.453	308.620	73.282	62.141	34.929	494.425	330.582
Comércio, serviços e outras	360	82.417	11.886	182	9.390	104.235	96.663
Suprimento a outras concessionárias	23.876	181.925	40.650	15	97	246.563	242.026
Concessionários – transp. de energia	2.749	102.470	3.284	638	5.097	114.238	113.324
Câmara Comerc. Energia Elétrica – CCEE	51.738	1.979	40.887	-	-	94.604	43.379
Perdas esperadas de créditos com liquidação duvidosa	-	-	(201)	(1.736)	(28.526)	(30.463)	(28.002)
	94.176	677.411	169.788	61.240	20.987	1.023.602	797.972
Ativo circulante						1.022.725	794.579
Consumidores e revendedores						908.487	681.255
Concessionários – Transp. energia						114.238	113.324
Ativo não circulante						877	3.393
Consumidores e revendedores						877	3.393

	Saldos a vencer		Vencidos			Controladora	
	Faturado	Não faturado	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Há mais de 360 dias	30/09/2022	31/12/2021
Industrial	1.584	276.109	73.282	60.082	29.734	440.791	281.119
Comércio, serviços e outras	360	82.417	11.886	182	9.390	104.235	96.663
Suprimento a outras concessionárias	23.876	113.869	22.026	-	96	159.867	140.802
Concessionários – transp. de energia	2.756	100.038	3.165	472	5.084	111.515	111.164
Câmara Comerc. Energia Elétrica – CCEE	51.738	-	38.616	-	-	90.354	41.286
Perdas esperadas de créditos com liquidação duvidosa	-	-	(201)	(1.736)	(25.631)	(27.568)	(24.576)
	80.314	572.433	148.774	59.000	18.673	879.194	646.458
Ativo circulante						879.006	645.743
Consumidores e revendedores						767.491	534.579
Concessionários – Transp. energia						111.515	111.164
Ativo não circulante						188	715
Consumidores e revendedores						188	715

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito relacionado a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 28.

A provisão para perdas esperadas de créditos com liquidação duvidosa é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua movimentação no período é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2021	28.002	24.576
Constituição de provisão, líquida (nota 25c)	579	1.111
Baixa	1.882	1.881
Saldo em 30 de setembro de 2022	30.463	27.568

8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Circulante				
ICMS a recuperar	9.105	6.419	6.465	5.513
Cofins (a)	27.202	5.975	287	3.510
PIS/Pasep (a)	5.963	1.526	43	947
INSS	18.528	17.145	18.528	17.145
Outros	824	809	821	806
	61.622	31.874	26.144	27.921
Não circulante				
ICMS a recuperar	32.347	28.551	31.410	27.614
Cofins (a)	14.071	35.265	-	-
PIS/Pasep (a)	3.053	7.730	-	-
	49.471	71.546	31.410	27.614
	111.093	103.420	57.554	55.535

a) Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS

A Companhia registrou os créditos de PIS/Pasep e Cofins referentes aos valores pagos dessas contribuições incidentes sobre o ICMS no período de julho de 2003 a maio de 2019.

Em 12 de maio de 2020, a Receita Federal deferiu o pedido de habilitação dos créditos, compensados com tributos federais até o exercício de 2021.

Adicionalmente, transitaram em julgado com decisão favorável às empresas, as ações judiciais da mesma natureza movidas pelas subsidiárias integrais Sá Carvalho, Cemig Geração Poço Fundo (anteriormente denominada Usina Termelétrica Barreiro S.A.) e Horizontes Energia. Os créditos dessas empresas foram habilitados junto à Receita Federal em setembro de 2022, já sendo iniciada a compensação com tributos federais devidos. Em 30 de setembro de 2022, o saldo a compensar registrado nessas empresas representa o montante de R\$29.717, no ativo circulante.

Tendo em vista a decisão do STF sobre a modulação dos efeitos da decisão, as subsidiárias integrais do Lote D, reconheceram, em 2021, os valores dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre o ICMS referentes aos períodos contemplados no processo que discute a matéria, no montante de R\$8.935.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Circulante				
Imposto de renda	536.172	503.437	534.679	501.836
Contribuição social	239.082	149.078	238.992	148.687
	775.254	652.515	773.671	650.523

b) Imposto de renda e contribuição social a recolher

	Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021
Circulante		
Imposto de renda	93.884	116.340
Contribuição social	33.258	41.104
	127.142	157.444

A Companhia possui alguns tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não. Os efeitos de potenciais contingências estão divulgados na nota explicativa nº 22.

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
ATIVO				
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	310.854	218.104	310.854	218.104
Obrigações pós-emprego	431.942	414.995	431.942	414.995
Perda esperada de créditos com liquidação duvidosa	9.941	8.924	9.373	8.356
Provisões para contingências	127.777	120.289	127.773	120.234
Provisão opção de venda (put SAAG)	222.349	216.339	222.349	216.339
Provisão para perdas em investimentos	57.107	244.132	57.107	244.132
Outras provisões	61.252	48.923	61.252	48.923
Concessão onerosa	11.787	11.274	11.787	11.274
Outros	22.916	21.369	16.242	15.190
	1.255.925	1.304.349	1.248.679	1.297.547
PASSIVO				
Valor justo como custo atribuído na adoção das IFRS	(157.097)	(219.067)	(140.668)	(201.878)
Atualização ativo de contrato	(931.518)	(895.223)	(927.948)	(891.654)
Valor justo de participações societárias	(123.187)	(129.641)	(123.187)	(129.641)
Instrumentos financeiros derivativos	(245.172)	(412.436)	(245.172)	(412.436)
Ressarcimento de custos - GSF	(285.330)	(319.210)	(223.231)	(253.901)
Outros	(36.817)	(7.669)	(24.890)	(1.625)
	(1.779.121)	(1.983.246)	(1.685.096)	(1.891.135)
Total líquido	(523.196)	(678.897)	(436.417)	(593.588)
Total do passivo	(523.196)	(678.897)	(436.417)	(593.588)

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(678.897)	(593.588)
Efeitos alocados ao resultado	155.816	157.171
Outros	(115)	-
Saldo em 30 de setembro de 2022	(523.196)	(436.417)

d) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	1.677.077	1.149.593	1.495.776	912.283
Imposto de renda e contribuição social – despesa nominal (34%)	(570.206)	(390.862)	(508.564)	(310.176)
Efeitos fiscais incidentes sobre:				
Juros sobre o capital próprio	-	45.946	-	45.946
Incentivos fiscais	289	2.842	-	2.830
Resultado de equivalência patrimonial	104.883	9.584	289.121	276.515
Multas indedutíveis	(1.103)	(1.391)	(1.103)	(1.391)
Diferença resultante da base de incidência do lucro presumido	64.251	109.862	-	-
Realização de ágio - Renova	108.416	-	108.416	-
PECLD com partes relacionadas - Renova	233.931	-	233.931	-
Outros	37.108	(3.277)	37.069	(3.710)
Imposto de renda e contribuição social – receita (despesa) efetiva	(22.431)	(227.296)	158.870	10.014
Imposto de renda e contribuição social corrente	(178.247)	(321.845)	1.699	(155.396)
Imposto de renda e contribuição social diferido	155.816	94.549	157.171	165.410
	(22.431)	(227.296)	158.870	10.014
Alíquota efetiva	1,34%	19,77%	(10,62%)	(1,10%)

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/2022	Jul a Set/2021	Jul a Set/2022	Jul a Set/2021
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	271.790	(428.795)	221.864	(472.639)
Imposto de renda e contribuição social – despesa nominal (34%)	(92.409)	145.790	(75.434)	160.697
Efeitos fiscais incidentes sobre:				
Incentivos fiscais	277	(7.604)	-	(7.608)
Resultado de equivalência patrimonial	15.077	57.881	66.410	108.481
Multas indedutíveis	13	(1.182)	13	(1.182)
Diferença resultante da base de incidência do lucro presumido	18.239	21.395	-	-
Outros	38.255	1.856	38.389	1.592
Imposto de renda e contribuição social – receita (despesa) efetiva	(20.548)	218.136	29.378	261.980
Imposto de renda e contribuição social corrente	(49.665)	167.592	1.699	209.081
Imposto de renda e contribuição social diferido	29.117	50.544	27.679	52.899
	(20.548)	218.136	29.378	261.980
Alíquota efetiva	7,56%	50,87%	(13,24%)	55,43%

10. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Trabalhistas	25.956	24.153	25.298	23.502
Fiscais				
Imposto de renda sobre juros sobre capital próprio (JCP)	18.423	17.760	17.107	16.444
PIS/Pasep e Cofins (1)	3.459	6.343	-	-
IR/INSS - Indenização do anuênio (2)	70.774	68.399	70.774	68.399
IPTU	14.668	13.272	14.666	13.270
CSLL (3)	19.706	18.062	19.706	18.062
Outros	6.467	4.615	5.789	4.010
	133.497	128.451	128.042	120.185
Outros				
Bloqueio judicial	1.792	929	1.760	896
Regulatórios	4.753	3.279	4.753	3.279
Administrativo (4)	40.168	-	40.168	-
Outros	4.519	5.008	4.406	4.897
	51.232	9.216	51.087	9.072
	210.685	161.820	204.427	152.759

- (1) Refere-se aos depósitos judiciais relacionados à inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo dessas contribuições.
- (2) Ver mais detalhes na nota explicativa nº 22 – Provisões (Indenização do anuênio).
- (3) Depósito judicial no âmbito do processo que discute a tributação de CSLL sobre doações e patrocínio de caráter cultural e artístico, despesas com multas punitivas e de tributos com exigibilidade suspensa.
- (4) Inclui montante de R\$37.785 referente ao depósito judicial relacionado ao processo de Quebra de Contrato - Prestação de Serviços de Limpeza de Faixas de Servidão e Aceiros. Mais detalhes na nota explicativa nº 22 – Provisões (Outros processos).

11. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Geração - Indenização a receber (11.1)	669.216	816.202	669.216	816.202
Geração - Bonificação pela outorga (11.2)	2.917.634	2.792.201	-	-
	3.586.850	3.608.403	669.216	816.202
Circulante	308.010	283.233	-	-
Não circulante	3.278.840	3.325.170	669.216	816.202

A movimentação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.608.403	816.202
Atualização financeira	377.369	24.784
Recebimentos	(227.152)	-
Baixa	(171.770)	(171.770)
Saldo em 30 de setembro de 2022	3.586.850	669.216

11.1 Geração - Indenização a receber

Os saldos contábeis correspondentes a esses ativos foram reconhecidos no ativo financeiro, pelo método do valor justo por meio do resultado.

Em 28 de julho de 2022, a Aneel revogou a ReN nº 942, por meio da publicação da ReN nº 1.027, estabelecendo a metodologia e os critérios gerais para cálculo, a qual tem como base o valor novo de reposição, sendo este calculado prioritariamente a partir de banco de preços referenciais, seguido pelo banco de preços da concessionária ou, em última hipótese, do custo contábil fiscalizado atualizado.

O laudo de avaliação foi concluído e os resultados são conforme segue:

Central geradora	Data de vencimento das concessões	Capacidade instalada (MW)	Saldo líquido dos ativos com base no custo histórico ao término da concessão	Saldo líquido dos ativos avaliado a VNR ReN nº 1.027/2022	Atualização financeira	Saldo líquido dos ativos em 30 de setembro de 2022
Lote D						
UHE Três Marias	jul/15	396,00	71.029	166.903	6.419	173.322
UHE Salto Grande	jul/15	102,00	11.514	85.625	3.293	88.918
UHE Itutinga	jul/15	52,00	4.408	10.089	388	10.477
UHE Camargos	jul/15	46,00	7.278	19.611	754	20.365
PCH Piau	jul/15	18,01	1.622	4.376	168	4.544
PCH Gafanhoto	jul/15	14,00	1.371	5.247	202	5.449
PCH Peti	jul/15	9,40	1.330	6.056	233	6.289
PCH Dona Rita	set/13	2,41	600	1.569	60	1.629
PCH Tronqueiras	jul/15	8,50	2.373	8.510	292	8.802
PCH Joasal	jul/15	8,40	1.572	6.269	241	6.510
PCH Martins	jul/15	7,70	2.273	4.451	171	4.622
PCH Cajuru	jul/15	7,20	3.558	18.862	725	19.587
PCH Paciência	jul/15	4,08	871	4.146	159	4.305
PCH Marmelos	jul/15	4,00	694	2.409	93	2.502
Outras						
UHE Volta Grande	fev/17	380,00	235	361	14	375
UHE Miranda	dez/16	408,00	34.697	90.862	3.494	94.356
UHE Jaguará	ago/13	424,00	45.706	137.673	5.331	143.004
UHE São Simão	jan/15	1.710,00	27.082	71.413	2.747	74.160
		3.601,70	218.213	644.432	24.784	669.216

Com a conclusão do Laudo de Avaliação, a Companhia efetuou a baixa do ativo financeiro no montante de R\$171.770, em junho de 2022. No terceiro trimestre de 2022, houve uma atualização financeira de R\$24.784. O saldo de R\$669.216 representa a melhor estimativa da Administração para indenização das usinas, considerando os critérios de avaliação definidos pela Aneel.

O relatório de avaliação dos ativos está sujeito à fiscalização da Aneel, podendo esta solicitar documentação complementar e, assim, os valores resultantes do processo de avaliação podem sofrer ajustes, sendo assegurado à concessionária o direito ao contraditório e ampla defesa.

O prazo e a forma de pagamento dos investimentos realizados após a entrada em operação do projeto básico e ainda não amortizados ou depreciados serão definidos pelo Poder Concedente após a fiscalização e homologação dos valores das indenizações pela Aneel.

11.2 Geração - Bonificação pela outorga

A bonificação paga pela outorga por 30 anos dos contratos de concessão de nºs 08 ao 16/2016, referentes às 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015, vencido pela Companhia, foi de R\$2.216.353, tendo sido reconhecida como um ativo financeiro, avaliado ao custo amortizado, em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago, atualizado pelo IPCA e somado aos juros remuneratórios (cujo total equivale à taxa interna de retorno do projeto) durante o período de vigência da concessão.

A movimentação destes ativos financeiros é como segue:

SPE	Usinas	Saldo em 31/12/2021	Atualização	Recebimento	Saldo em 30/09/2022
Cemig Geração Três Marias S.A.	Três Marias	1.583.720	191.617	(122.048)	1.653.289
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Salto Grande	497.154	60.379	(38.490)	519.043
Cemig Geração Itutinga S.A.	Itutinga	187.004	25.072	(16.364)	195.712
Cemig Geração Camargos S.A.	Camargos	140.201	18.691	(12.182)	146.710
Cemig Geração Sul S.A.	Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau	183.635	25.918	(17.140)	192.413
Cemig Geração Leste S.A.	Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras	125.187	19.239	(13.015)	131.411
Cemig Geração Oeste S.A.	Cajurú, Gafanhoto e Martins	75.300	11.669	(7.913)	79.056
		2.792.201	352.585	(227.152)	2.917.634

12. ATIVOS DE CONTRATO

Os ativos de contrato da Companhia apresentam os seguintes saldos em 30 de setembro de 2022:

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Transmissão – Rede Básica - Lei 12.783/13	1.961.434	2.011.576	1.961.434	2.011.576
Transmissão – Ativos remunerados por tarifa	2.587.251	2.265.406	2.471.348	2.149.524
	4.548.685	4.276.982	4.432.782	4.161.100
Circulante	696.010	592.337	666.713	565.659
Não circulante	3.852.675	3.684.645	3.766.069	3.595.441

A movimentação dos ativos de contrato é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.276.982	4.161.100
Adições	269.760	269.760
Atualização financeira	434.779	414.391
Recebimentos	(432.836)	(412.469)
Saldo em 30 de setembro de 2022	4.548.685	4.432.782

Os valores a receber da Companhia são decorrentes dos contratos demonstrados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Circulante				
Contrato de Concessão - 006/97 (a)				
Rede Básica do Sistema Existente - RBSE	385.272	317.692	385.272	317.692
Rede Básica de Novas Instalações - RBNI	234.051	209.185	234.051	209.185
Contrato de Concessão - 079/00 (b)	47.390	38.782	47.390	38.782
Contrato de Concessão - 004/05 (c)	29.297	26.678	-	-
	696.010	592.337	666.713	565.659
Não circulante				
Contrato de Concessão - 006/97 (a)				
Rede Básica do Sistema Existente - RBSE	1.576.162	1.693.884	1.576.162	1.693.884
Rede Básica de Novas Instalações - RBNI	2.039.776	1.749.699	2.039.776	1.749.699
Contrato de Concessão - 079/00 (b)	150.131	151.858	150.131	151.858
Contrato de Concessão - 004/05 (c)	86.606	89.204	-	-
	3.852.675	3.684.645	3.766.069	3.595.441
	4.548.685	4.276.982	4.432.782	4.161.100

a) Contrato de Concessão nº 006/1997

Ativos RBSE - atualização pelo custo de capital regulatório

Em 6 de janeiro de 2021, a Advocacia Geral da União emitiu parecer sobre os efeitos jurídicos da reversão de medidas judiciais que suspendiam a remuneração do custo de capital das transmissoras definida na Portaria MME 120/2016, concluindo que esta deve ser atualizada pela taxa referente ao custo de capital próprio até 1º de julho de 2020, data do “efetivo pagamento”, sendo incorporada à RAP das transmissoras a partir do processo de 1º de julho de 2020 (ciclo 2020-2021), pelo prazo de oito anos.

Em 22 de abril de 2021, a Aneel publicou a Resolução Homologatória nº 2.852, que alterou a Resolução Homologatória nº 2.712/2020, definindo, dentre outras disposições, o referido componente financeiro. Dessa forma, o custo de capital próprio associado a esse componente financeiro foi incorporado ao cálculo dos processos de revisão periódica de 2018 da RAP das concessões de transmissão prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/2013, causando dois efeitos: (i) novo valor do componente a ser considerado na RAP dos ciclos tarifários de 2020-2021 a 2025-2026; e (ii) valor residual referente à diferença entre o valor pago às transmissoras entre os ciclos tarifários 2017-2018 e 2019-2020 e o valor devido após a cassação das liminares.

Assim, o saldo devedor desse componente foi recalculado, considerando o custo de capital remunerado à taxa de custo de capital próprio até a data do efetivo pagamento (1º de julho de 2020), descontado dos valores pagos trazidos a valor presente.

Adicionalmente, a Aneel decidiu pelo “reperfilamento” desses pagamentos, dentro do prazo de oito anos, de forma gradativa, e assegurando o valor presente líquido da operação.

O fluxo considerou o patamar mínimo de pagamento da dívida no ciclo 2021-2022, ou seja, com amortização nula do saldo devedor; taxa de amortização no ciclo 2022-2023 igual a 3,0%, de modo a amortizar parte da dívida e manter o patamar de pagamento estável; e pagamentos constantes nos ciclos 2023-2024 a 2027-2028, com taxas de amortização de 16,11% ao ano. Esse componente financeiro da receita não deve ser objeto da revisão periódica de 2023, a fim de promover a estabilidade regulatória e a mitigação do risco setorial.

b) Contrato de Concessão nº 079/2000

O contrato regula a exploração do serviço público de transmissão, consistindo na implantação, manutenção e operação de transmissão das seguintes instalações: SE Itajubá 3, LT Itajubá 3/Poços de Caldas e LT Itajubá 3/ Cachoeira Paulista, vigente até 4 de outubro de 2034.

O índice de atualização do contrato é o Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M.

Em 30 de março de 2021, a Resolução Homologatória nº 2.839 alterou os valores da RAP e das parcelas de ajuste para este contrato, gerando um ajuste positivo de R\$3.708 no ativo de contrato.

Estes novos valores irão compor a nova RAP a partir do reajuste do ciclo 2021-2022, sendo a Parcela de Ajuste referente a retroatividade da RAP paga em 3 prestações nos próximos reajustes da receita.

A próxima Revisão Tarifária Periódica – RTP dos reforços aprovados ocorrerá em junho de 2024, com vigência a partir de 1º de julho de 2024.

c) Contrato de Concessão nº 004/2005

O contrato regula a concessão do serviço público das instalações de transmissão em 345 kV, segundo circuito, que tem origem na Subestação Furnas e término na Subestação Pimenta, com extensão aproximada de 75 Km, pelo prazo de 30 anos, contados a partir de março de 2005. Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a Centroeste terá direito, nos primeiros 15 anos de operação comercial, à Receita Anual Permitida - RAP, reajustado anualmente. No 16º ano de operação comercial, a RAP desta transmissora terá redução de 50%, estendendo-se, desta forma, até o término da concessão.

O índice de atualização do contrato é o Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M.

Em 13 de julho de 2021, a Aneel estabeleceu a RAP para o ciclo 2021-2022 por meio da Resolução Homologatória nº 2.895, que foi alterada pela Resolução Homologatória nº 2.959 em 5 de outubro de 2021, em função dos pedidos de reconsideração interpostos pelas concessionárias de transmissão, inclusive pela Companhia.

Os reflexos financeiros das novas RAP, a partir da comparação destas com as projeções da modelagem financeira do contrato, não foram significativos, considerando que não houve alterações relevantes nas premissas utilizadas.

Reajuste tarifário anual

Por meio da ReH nº 3.067 de 2022, a Aneel estabeleceu as RAPs para o ciclo de 2022-2023 com vigência a partir de 1º de julho de 2022. O acréscimo está relacionado, principalmente, a: (i) reperfilamento do componente financeiro dos ativos existentes da RBSE, tendo sido 64% superior em comparação ao ciclo de 2021-2022, (ii) variações nos índices de reajuste no período (11,7% para o IPCA e 10,7% para o IGPM) e (iii) a entrada de novas obras.

	Índice reajuste	RAP ciclo 2021-2022 R\$MM	RAP ciclo 2022-2023 R\$MM	Var (%)
Contrato de Concessão – 006/97	IPCA	682,8	825,6	21,0%
Contrato de Concessão – 079/00	IGPM	40,7	45,0	10,7%
Contrato de Concessão – 004/05	IGPM	28,5	31,5	10,7%
		752,0	902,1	19,96%

13. INVESTIMENTOS

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Coligadas				
Madeira Energia S.A. ("MESA") (1)	8.568	-	8.568	-
Fundo de Investimento em Participações Melbourne Multiestratégia ("FIP Melbourne") (1)	7.113	-	7.113	-
Controladas em conjunto				
Hidrelétrica Cachoeirão S.A. ("Hidrelétrica Cachoeirão")	61.290	59.014	61.290	59.013
Guanhães Energia S.A. ("Guanhães Energia")	159.078	125.172	159.078	125.172
Hidrelétrica Pipoca S.A. ("Hidrelétrica Pipoca")	56.483	46.722	56.483	46.722
Paracambi Energética S.A. ("Paracambi") (antiga Lightger) (5)	56.443	47.787	56.443	47.787
Baguari Energia S.A. ("Baguari Energia")	158.293	168.429	158.293	168.429
Aliança Norte Participações S.A. ("Aliança Norte") (2)	584.636	609.154	584.636	609.154
Amazônia Energia Participações S.A. ("Amazônia Energia") (2)	894.142	932.600	894.142	932.600
Aliança Geração de Energia S.A. ("Aliança Geração")	1.346.785	1.140.930	1.346.785	1.140.930
Retiro Baixo Energética S.A. ("Retiro Baixo")	187.607	200.385	187.607	200.385
Controladas				
Cemig Baguari Energia S.A.	-	-	74	88
Cemig Geração Três Marias S.A.	-	-	1.734.041	1.652.343
Cemig Geração Salto Grande S.A.	-	-	563.969	526.776
Cemig Geração Itutinga S.A.	-	-	219.341	211.956
Cemig Geração Camargos S.A.	-	-	172.341	165.369
Cemig Geração Sul S.A.	-	-	242.191	214.845
Cemig Geração Leste S.A.	-	-	159.330	147.702
Cemig Geração Oeste S.A.	-	-	121.406	105.990
Rosal Energia S.A.	-	-	114.462	114.751
Sá Carvalho S.A.	-	-	154.905	134.209
Horizontes Energia S.A.	-	-	58.137	59.575
Cemig PCH S.A.	-	-	94.790	90.117
Cemig Geração Poço Fundo S.A.	-	-	164.747	144.129
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	-	-	10.110	7.734
Cemig Trading S.A.	-	-	2.531	2.158
Central Eólica Praias de Parajuru S.A.	-	-	187.410	177.707
Central Eólica Volta do Rio S.A.	-	-	278.903	273.988
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	-	-	120.219	122.079
Total do investimento	3.520.438	3.330.193	7.919.345	7.481.708
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A. ("Itaocara") – Passivo a descoberto (3)	(14.280)	(20.767)	(14.280)	(20.767)
Madeira Energia S.A. ("MESA") (Usina de Santo Antônio) - Provisões para perdas - Provisões para perdas (4)	-	(161.648)	-	(161.648)
Total	3.506.158	3.147.778	7.905.065	7.299.293

- (1) Participação indireta na Usina de Santo Antônio por meio dessas investidas.
- (2) Participação indireta na Usina de Belo Monte por meio dessas investidas.
- (3) A controlada em conjunto Usina Hidrelétrica Itaocara S.A. apresentou patrimônio líquido negativo e assim, após reduzir a zero o saldo contábil de sua participação, a Companhia reconheceu uma perda na extensão de suas obrigações contratuais assumidas junto à investida e os outros acionistas, que em 30 de setembro de 2022 alcançou o montante de R\$14.280 (R\$20.767 em 31 de dezembro de 2021). A perda está apresentada no balanço patrimonial como outras obrigações.
- (4) Em junho de 2022, foi revertida a provisão referente às obrigações contratuais da Companhia assumidas junto à investida e os outros acionistas. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.
- (5) Em 8 de novembro de 2022, foi aprovado, por meio de AGE da investida, a reforma do estatuto social que alterou o seu nome empresarial para “Paracambi Energética S.A.”.

Para o período findo em 30 de setembro de 2022, a Administração da Companhia analisou se havia indicativos de possível desvalorização de ativos, em conformidade ao previsto no CPC 01/IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos e não foram observadas perdas no valor recuperável dos seus investimentos. Dessa forma, o valor contábil líquido dos ativos é recuperável e, portanto, até o momento, a Companhia não reconheceu perdas por redução ao valor recuperável de seus investimentos.

Adicionalmente, em relação ao acima destacado, a Administração da Companhia analisou o risco de continuidade operacional de seus investimentos relevantes, tendo levado em consideração, substancialmente, a garantia de receitas das transmissoras, a proteção contra redução por força maior dos contratos regulados da geração, bem como as ações legais tomadas pelo Governo Federal e Aneel, concluindo assim pela segurança de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas.

a) Movimentação do direito de exploração da atividade regulada

Consolidado	Saldo em 31/12/2021	Amortização	Saldo em 30/09/2022
Retiro Baixo	27.796	(1.040)	26.756
Aliança Geração	301.605	(18.982)	282.623
Aliança Norte	46.660	(1.479)	45.181
	376.061	(21.501)	354.560

Controladora	Saldo em 31/12/2021	Amortização	Saldo em 30/09/2022
Retiro Baixo	27.796	(1.040)	26.756
Parajuru	49.241	(3.462)	45.779
Volta do Rio	67.205	(5.081)	62.124
Aliança Geração	301.605	(18.982)	282.623
Aliança Norte	46.660	(1.479)	45.181
	492.507	(30.044)	462.463

b) Movimentação dos investimentos em empresas coligadas, controladas e controladas em conjunto:

Consolidado	Saldo em 31/12/2021	Equivalência patrimonial	Aportes	Dividendos	Outros (4)	Saldo em 30/09/2022
Hidrelétrica Cachoeirão	59.014	12.076	-	(9.800)	-	61.290
Guanhães Energia	125.172	33.906	-	-	-	159.078
Hidrelétrica Pipoca	46.722	12.417	-	(2.656)	-	56.483
MESA (usina Santo Antônio)	-	8.568	-	-	-	8.568
FIP Melbourne (usina Santo Antônio) (1)	-	139.934	-	-	(132.821)	7.113
Baguari Energia	168.429	19.382	-	(29.518)	-	158.293
Paracambi (antiga Lightger) (5)	47.787	15.294	-	(6.638)	-	56.443
Amazônia Energia (usina Belo Monte)	932.600	(38.458)	-	-	-	894.142
Aliança Norte (usina Belo Monte)	609.154	(24.902)	384	-	-	584.636
Aliança Geração (2)	1.140.930	83.227	-	125.896	(3.268)	1.346.785
Retiro Baixo	200.385	19.559	-	(32.337)	-	187.607
Total do investimento	3.330.193	281.003	384	44.947	(136.089)	3.520.438
Itaocara – Passivo a descoberto	(20.767)	6.487	-	-	-	(14.280)
MESA - Provisão para perdas (3)	(161.648)	161.648	-	-	-	-
Total	3.147.778	449.138	384	44.947	(136.089)	3.506.158

- Em 12 setembro de 2022, a AGPar efetuou o pagamento associado ao Acordo decorrente da Sentença Arbitral CCBC-86/2016 ao Fundo Melbourne. A partir disso, a Companhia reconheceu o recebível em contrapartida ao resultado. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.
- Em 24 de março de 2022 foi aprovada, pelo Conselho de Administração da investida, a reversão de uma parcela do montante de Dividendos a pagar para a Reserva de retenção de lucros, cuja realização está atrelada a condicionantes financeiros.
- Em junho de 2022, foi revertida a provisão referente às obrigações contratuais da Companhia assumidas junto à investida e os outros acionistas. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.
- Refere-se a gastos com a implantação de projetos anteriormente executados.
- Em 8 de novembro de 2022, foi aprovado, por meio de AGE da investida, a reforma do estatuto social que alterou o seu nome empresarial para “Paracambi Energética S.A.”.

Controladora	Saldo em 31/12/2021	Equivalência patrimonial	Aportes	Dividendos	Outros (5)	Saldo em 30/09/2022
Hidrelétrica Cachoeirão	59.013	12.076	-	(9.799)	-	61.290
Guanhães Energia	125.172	33.906	-	-	-	159.078
Hidrelétrica Pipoca	46.722	12.417	-	(2.656)	-	56.483
MESA (usina de Santo Antônio)	-	8.568	-	-	-	8.568
FIP Melbourne (usina Santo Antônio) (1)	-	139.934	-	-	(132.821)	7.113
Baguari Energia	168.429	19.382	-	(29.518)	-	158.293
Central Eólica Praias Parajuru	177.707	14.656	-	(4.953)	-	187.410
Central Eólica Volta do Rio	273.988	4.915	-	-	-	278.903
Paracambi (antiga Lightger) (6)	47.787	15.294	-	(6.638)	-	56.443
Amazônia Energia (usina Belo Monte)	932.600	(38.458)	-	-	-	894.142
Aliança Norte (usina Belo Monte)	609.154	(24.902)	384	-	-	584.636
Aliança Geração (2) (5)	1.140.930	83.227	-	125.896	(3.268)	1.346.785
Retiro Baixo	200.385	19.559	-	(32.337)	-	187.607
Cemig Baguari Energia S.A.	88	(14)	-	-	-	74
Cemig Geração Três Marias S.A.	1.652.343	191.698	-	(110.000)	-	1.734.041
Cemig Geração Salto Grande S.A.	526.776	63.193	-	(26.000)	-	563.969
Cemig Geração Itutinga S.A.	211.956	33.384	-	(25.999)	-	219.341
Cemig Geração Camargos S.A.	165.369	33.972	-	(27.000)	-	172.341
Cemig Geração Sul S.A.	214.845	31.347	-	(4.001)	-	242.191
Cemig Geração Leste S.A.	147.702	30.959	-	(19.331)	-	159.330
Cemig Geração Oeste S.A.	105.990	15.416	-	-	-	121.406
Rosal Energia S.A.	114.751	14.963	-	(15.252)	-	114.462
Sá Carvalho S.A.	134.209	46.517	-	(25.821)	-	154.905
Horizontes Energia S.A.	59.575	11.028	-	(12.466)	-	58.137
Cemig PCH S.A.	90.117	17.902	-	(13.229)	-	94.790
Cemig Geração Poço Fundo S.A. (3)	144.129	1.940	20.000	(1.322)	-	164.747
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	7.734	2.376	-	-	-	10.110
Cemig Trading S.A.	2.158	852	-	(479)	-	2.531
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	122.079	18.496	-	(20.356)	-	120.219
Total do Investimento	7.481.708	814.603	20.384	(261.261)	(136.089)	7.919.345
Itaocara – Passivo a descoberto	(20.767)	6.487	-	-	-	(14.280)
MESA - Provisão para perdas (4)	(161.648)	161.648	-	-	-	-
Total	7.299.293	982.738	20.384	(261.261)	(136.089)	7.905.065

- (1) Em 12 setembro de 2022, a AGPar efetuou o pagamento associado ao Acordo decorrente da Sentença Arbitral CCBC-86/2016 ao Fundo Melbourne. A partir disso, a Companhia reconheceu o recebível em contrapartida ao resultado. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.
- (2) Em 24 de março de 2022 foi aprovada, pelo Conselho de Administração da investida, a reversão de uma parcela do montante de Dividendos a pagar para a Reserva de retenção de lucros, cuja realização está atrelada a condicionantes financeiras.
- (3) No segundo trimestre de 2022, a Companhia aportou nesta investida, a título de adiantamento para futuro aumento de capital, o montante de R\$20.000.
- (4) Em junho de 2022, foi revertida a provisão referente às obrigações contratuais da Companhia assumidas junto à investida e os outros acionistas. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.
- (5) Refere-se a gastos com a implantação de projetos anteriormente executados.
- (6) Em 8 de novembro de 2022, foi aprovado, por meio de AGE da investida, a reforma do estatuto social que alterou o seu nome empresarial para "Paracambi Energética S.A.".

c) As principais informações sobre as coligadas, controladas e controladas em conjunto estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia:

Sociedades	Quantidade de ações	Em 30 de setembro de 2022			Em 31 de dezembro de 2021		
		Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido
Coligadas							
MESA	24.796.536.323	7,58	12.202.337	206.825	15,51	10.619.786	1.492.037
Controladas em conjunto							
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	125.081	49,00	35.000	120.436
Guanhães Energia (3)	548.626.000	49,00	548.626	324.650	49,00	548.626	255.453
Hidrelétrica Pipoca	41.360.000	49,00	41.360	113.639	49,00	41.360	93.390
Baguari Energia (1)	26.157.300.278	69,39	186.573	228.130	69,39	186.573	242.736
Paracambi (antiga Lightger) (3) (4)	79.078.937	49,00	79.232	125.618	49,00	79.232	97.525
Aliança Norte (Usina Belo Monte)	41.949.320.044	49,00	1.209.750	1.100.929	49,00	1.209.043	1.147.947
Amazônia Energia (Usina Belo Monte)							
(1)	1.322.897.723	74,50	1.322.898	1.200.190	74,50	1.322.698	1.251.811
Aliança Geração	1.291.582.500	45,00	1.291.488	2.364.804	45,00	1.291.488	1.857.905
Retiro Baixo	225.350.000	49,90	225.350	322.351	49,90	225.350	345.868
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	156.259.500	49,00	156.259	(29.143)	49,00	156.259	(42.381)
Controladas							
Cemig Baguari Energia S.A.	406.000	100,00	406	74	100,00	406	88
Cemig Geração Três Marias S.A.	1.291.423.369	100,00	1.291.423	1.734.041	100,00	1.291.423	1.652.343
Cemig Geração Salto Grande S.A.	405.267.607	100,00	405.268	563.969	100,00	405.268	526.776
Cemig Geração Itutinga S.A.	151.309.332	100,00	151.309	219.341	100,00	151.309	211.956
Cemig Geração Camargos S.A.	113.499.102	100,00	113.499	172.341	100,00	113.499	165.369
Cemig Geração Sul S.A.	148.146.505	100,00	148.147	242.191	100,00	148.147	214.845
Cemig Geração Leste S.A.	100.568.929	100,00	100.569	159.330	100,00	100.569	147.702
Cemig Geração Oeste S.A.	60.595.484	100,00	60.595	121.406	100,00	60.595	105.990
Rosal Energia S.A.	46.944.467	100,00	46.944	114.462	100,00	46.944	114.751
Sá Carvalho S.A.	361.200.000	100,00	36.833	154.905	100,00	36.833	134.209
Horizontes Energia S.A.	39.257.563	100,00	39.258	58.137	100,00	39.258	59.575
Cemig PCH S.A.	45.952.000	100,00	45.952	94.790	100,00	45.952	90.117
Cemig Geração Poço Fundo S.A. (2)	97.161.578	100,00	97.162	164.747	100,00	97.162	144.128
Empresa de Serviços de							
Comercialização de Energia Elétrica S.A.	486.000	100,00	486	10.110	100,00	486	7.734
Cemig Trading S.A.	1.000.000	100,00	1.000	2.531	100,00	1.000	2.158
Central Eólica Praias de Parajuru S.A.	85.834.843	100,00	85.835	141.631	100,00	85.835	128.466
Central Eólica Volta do Rio S.A.	274.867.441	100,00	274.867	216.779	100,00	274.867	206.783
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	28.000.000	100,00	28.000	120.219	100,00	28.000	122.079

- (1) Controle compartilhado por acordo de acionistas;
- (2) A Aneel autorizou, por meio da Resolução Autorizativa nº 9.735, de 23 de fevereiro de 2021, a transferência da titularidade da concessão da PCH Poço Fundo da Cemig Geração e Transmissão S.A. para a Cemig Geração Poço Fundo S.A.. A formalização da transferência foi realizada por meio da assinatura do novo contrato de concessão, de número 01/2021, em 16 de abril de 2021.
- (3) Em 23 de junho de 2022, a Light concluiu a alienação de suas participações societárias em Guanhães e Paracambi (antiga Lightger) para a Brasal Energia S.A.. A operação consistiu na venda para a Brasal Energia S.A. da totalidade da participação detida pela Light representativa de 51% do capital social da Paracambi (antiga Lightger) e da Guanhães.
- (4) Em 8 de novembro de 2022, foi aprovado, por meio de AGE da investida, a reforma do estatuto social que alterou o seu nome empresarial para "Paracambi Energética S.A.".

Madeira Energia S.A. (“MESA”) e FIP Melbourne (veículo por meio do qual a Companhia possui participação na SAAG)

A MESA é a holding da empresa Santo Antônio Energia S.A. (“SAE”), que tem por objetivo a construção, operação e manutenção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio e seu sistema de transmissão, pelo prazo originalmente previsto de 35 anos contados a partir da assinatura do contrato de concessão, que ocorreu em 13 de junho de 2008, sendo prorrogado por mais 4 anos, em função de compensações pelos custos incorridos com o GSF, nos termos da Lei 14.052/2020. A UHE Santo Antônio iniciou sua operação comercial em março de 2012 e a sua geração plena se deu em dezembro de 2016. A MESA tem entre seus acionistas Furnas, Novonor - em recuperação judicial (antiga Odebrecht Energia), FIP Amazônia (FI-FGTS e Novonor), SAAG e a Companhia. Além de sua participação direta, a Companhia possui participação acionária indireta na MESA, por meio da SAAG.

Em 30 de setembro de 2022, a MESA segue com capital circulante líquido negativo, no montante de R\$334.351. Destaca-se que no segundo trimestre de 2022 houve entrada de caixa de R\$1.583.098, em decorrência do aumento de capital aprovado em AGE realizada para este fim em 29 de abril de 2022. Esse recurso foi utilizado no terceiro trimestre de 2022, quase na integralidade, para pagamento dos acordos decorrentes da conclusão de processos de arbitragem envolvendo o consórcio construtor e outras partes, mencionado em mais detalhes a seguir. Quanto à baixa liquidez de curto prazo, deve-se observar que as hidrelétricas constituídas sob o formato de *Project Finance* estruturalmente apresentam capital circulante líquido negativo nos primeiros anos de operação, pois são constituídas com elevados índices de alavancagem financeira. Em contrapartida, contam com contratos firmes de vendas de energia de longo prazo como suporte e garantia de pagamento de suas dívidas.

Para equalização da situação de sua estrutura de capital e liquidez, a MESA também vem adotando ações direcionadas à readequação de custos operacionais, proteção da exposição aos riscos hidrológicos, melhoria da estrutura de capital e gestão das operações de energia.

Diluição de participação societária da Cemig GT na MESA

Em 7 de junho de 2022, a acionista Furnas subscreveu novas ações ordinárias emitidas pela MESA, no valor de R\$1.582.551, em decorrência do aumento de capital aprovado em AGE realizada em 29 de abril de 2022 e diante da renúncia das demais acionistas de exercício dos respectivos direitos de preferência. Com a integralização de todas as ações subscritas, a participação de Furnas na MESA passou de 43,06% para 72,36%, diluindo a participação societária total detida pela Cemig GT, de 15,51% para 7,58%, sendo que neste percentual não se considera o resultado do processo arbitral CAM 115/2018, descrito no item subsequente desta nota explicativa.

Em 7 de julho de 2022, em Assembleia Geral Extraordinária - AGE, foi celebrado o Distrato do Acordo de Acionistas da MESA, culminando na assunção de seu controle societário por Furnas. Na referida AGE também foi deliberada a nova composição do Conselho de Administração da SAE e da MESA, que passa a ser composto por 11 membros, sendo assegurado o direito da Companhia e SAAG indicarem em conjunto um membro titular e respectivo suplente, até que sejam integralmente exoneradas e liberadas de todas e quaisquer responsabilidades, obrigações e garantias prestadas perante MESA e SAE no âmbito dos contratos e instrumentos de financiamento, inclusive relacionadas à aquisição de energia elétrica. Assim, mesmo com o Distrato do Acordo de Acionistas não houve desqualificação da influência significativa da Companhia sobre a investida.

Com o aumento de capital mencionado, a investida passou a apresentar patrimônio líquido positivo, não existindo mais as condições que levaram ao reconhecimento pela Companhia, em 31 de dezembro de 2021, da provisão sobre o passivo a descoberto. Por conseguinte, a Companhia reverteu a referida provisão, que em 31 de maio de 2022 alcançou o montante de R\$170.916, correspondente às obrigações assumidas perante a investida em acordos de suporte e garantias, em conformidade ao CPC 18/IAS 28 – Investimentos em coligada, controlada e empreendimento controlado em conjunto.

Procedimento arbitral CAM-115/2018 – Madeira Energia S.A

Em 2018, a SAAG e a Companhia instauraram o Procedimento Arbitral CAM 115/2018, visando desconstituir o aumento de capital aprovado na assembleia geral extraordinária da MESA ocorrida em 28 de agosto de 2018, por meio de capitalização de créditos decorrentes da anulação do aumento de capital realizado em 2014, que havia sido anulado em processo arbitral anterior.

Em 13 de dezembro de 2021, foi divulgada a sentença arbitral anulando o aumento de capital discutido no referido Procedimento Arbitral, assim como em 16 de março de 2022 foi disponibilizada, pela Câmara de Arbitragem do Mercado, decisão em pedidos de esclarecimentos que confirmou integralmente os termos da sentença.

Como consequência da sentença arbitral, a participação societária direta e indireta da Companhia na MESA, deveria ser aumentada de 8,54% para 9,86% e de 6,97% para 8,05%, respectivamente, e sua participação societária consolidada de 15,51% para 17,91%.

A MESA informou que, em 29 de abril de 2022, foi notificada pelo acionista Furnas, também parte requerida no procedimento arbitral em questão, de que, em 28 de abril de 2022, foi deferido o pedido de tutela de urgência, requerido em medida judicial ajuizada por este acionista, para imediata suspensão dos efeitos da sentença arbitral CAM 115/2018, a fim de que se mantivessem as participações societárias detidas pelos acionistas antes de seus efeitos. De acordo com os assessores jurídicos da MESA, a suspensão mencionada não tem caráter definitivo, permanecendo o prognóstico de perda como provável, motivo pelo qual a investida manteve a provisão relativa à redução do capital social em suas informações financeiras trimestrais.

Tendo em vista que o processo em que houve deferimento da tutela de urgência se encontra em fase inicial, a Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, entende ser remota a reversão dos efeitos dessa sentença arbitral e aguarda o seu cumprimento.

Com a diluição societária ocorrida em junho de 2022, as participações societárias direta e indireta da Companhia na MESA passaram de 8,54% e 6,97% para 4,14% e 3,44%, respectivamente. No caso de serem efetivados os efeitos da sentença arbitral CAM-115/2018, as participações societárias da Companhia passarão de 4,14% e 3,44% para 4,43% e 3,68%, respectivamente.

Procedimento Arbitral CCI-21.511/ASM/JPA (c. 21.673/ASM) – Santo Antônio Energia S.A.

Em 31 de janeiro de 2022, foi proferida sentença no âmbito do processo arbitral CCI n.º 21.511/ASM/JPA (c. 21.673/ASM), que representa a consolidação das discussões entre Santo Antônio Energia S.A. (SAE), Consórcio Construtor Santo Antônio (CCSA) e outras partes, referentes, em síntese, aos seguintes questionamentos:

- i. Responsabilidade do CCSA pelo ressarcimento dos custos de compra de energia pela SAE, devidos ao não cumprimento do cronograma de antecipação da obra.
- ii. Responsabilidade da SAE sobre a elevação dos custos incorridos pelo CCSA decorrentes, principalmente, de greves e paralisações ocorridas de 2009 a 2013.

O resultado dessa arbitragem, disponibilizado pela Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional em 7 de fevereiro de 2022, indica que os principais pedidos da SAE foram indeferidos, assim como os principais pedidos do CCSA foram deferidos e, conforme o caso, de seus consorciados em face da SAE, tendo, inclusive, o tribunal arbitral declarado inicialmente a ineficácia do instrumento intitulado “Termos e Condições”, que embasava o reconhecimento pelas Partes dos “Dispêndios Reembolsáveis”, conforme nota explicativa das demonstrações financeiras da SAE, sobre o qual se lastreava o pedido de ressarcimento dos custos da compra de energia realizada pela SAE em função do não cumprimento, pelo CCSA, do cronograma de antecipação.

Além da procedência em relação aos pedidos do CCSA, já provisionados em suas demonstrações financeiras sob as rubricas “Cauções em Garantia” (R\$770 milhões) e “Outras Provisões” (R\$492 milhões), foram deferidos outros pleitos com obrigação adicional estimada em R\$226 milhões.

Em 30 de junho de 2022, a SAE, em petição conjunta com o Grupo Industrial Complexo Rio Madeira – GICOM, requereu a extinção da Ação de Cumprimento de Sentença proposta pelo GICOM, que tratava de uma parcela do valor definido em sentença arbitral, em razão da realização de uma composição amigável entre as partes. Com o acordo, foi extinta a ação em que o GICOM pleiteava R\$645 milhões.

Em 4 de agosto de 2022, foi assinado o Instrumento Particular de Transação e Outras Avenças entre SAE e Grupo Civil, parte do CCSA, composto pelas empresas CNO S.A., Andrade Gutierrez Engenharia S.A. e Novonor Serviços e Participações S.A. – Em Recuperação Judicial, visando o encerramento definitivo do procedimento arbitral CCI 21.511/ASM/JPA.

Concomitantemente à assinatura do acordo, as Partes assinaram e protocolaram, em 4 de agosto de 2022, petição conjunta para o encerramento do Procedimento Arbitral CCI 21.511/ASM/JPA e da Ação de Cumprimento de Sentença ajuizada pelo GCIVIL, em relação ao valor cobrado de R\$962 milhões, que se tratava do valor remanescente definido em sentença arbitral. Em 3 de outubro de 2022 a SAE pagou a última parcela do acordo celebrado com o Grupo Civil (“GCIVIL”) no montante de R\$ 202.945, determinando o encerramento do Procedimento Arbitral CCI 21.511/ASM/JPA e da Ação de Cumprimento de Sentença ajuizada pelo GCIVIL.

De acordo com os contratos de financiamento firmados pela Companhia com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) e contratos de financiamento mediante repasse de recursos do BNDES, as eventuais obrigações da SAE relativas à condenação nos procedimentos arbitrais devem ser pagas conforme determinações dos respectivos contratos de financiamentos.

Assim, o aumento de capital social subscrito e integralizado em 7 de junho de 2022, conforme descrito acima, no valor de R\$1.582.551 foi destinado a saldar débitos decorrentes da sentença arbitral CCI-21.511/ASM/JPA, sendo utilizado para pagamento dos valores referentes aos acordos firmados com o GICOM e com o GCIVIL.

A SAE reiterou que a arbitragem e a ação tramitam em segredo de justiça e os acordos realizados são revestidos de confidencialidade.

Acordo FIP Melbourne x AGPar – Sentença arbitral CCBC – 86/2016

O CCVA que disciplinou a operação de aquisição das ações da SAAG pela Companhia prevê indenização ao FIP Melbourne pela AGPar em caso de sobrecusto na MESA em função de fato gerador anterior à assinatura do referido contrato. Após a conclusão da transação, em 2014, e até o ano de 2016, houve dispêndios extraordinários, que oneraram o FIP Melbourne e que se enquadravam, na interpretação do FIP, na cobertura prevista no CCVA. Diante da divergência de entendimento sobre a questão com a AGPar, o FIP Melbourne requereu procedimento arbitral junto à Câmara de Comércio Brasil Canadá.

Em janeiro de 2021, foi proferida sentença arbitral final, em favor do FIP Melbourne, sendo que em agosto de 2022 foi celebrado o acordo entre as partes para encerramento do litígio, com o estabelecimento de valor de compensação atualizado de R\$200 milhões, liquidados em 12 de setembro de 2022.

Considerando a participação da Cemig GT no FIP Melbourne, a Companhia reconheceu um recebível, no montante de R\$133 milhões em contrapartida ao resultado do exercício de 2022. Adicionalmente, a provisão para a PUT foi ajustada para refletir o recebimento pelas fundações dos valores do Acordo atribuídos a suas cotas.

Amazônia Energia S.A. e Aliança Norte Energia S.A.

A Amazônia Energia e a Aliança Norte são acionistas da Norte Energia S.A. (“NESA”), sociedade titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará. Essa participação indireta da Companhia na NESA, por meio das controladas em conjunto mencionadas acima, é de 11,69%.

Em 30 de setembro de 2022, a NESA apresenta capital circulante líquido negativo de R\$222.591 (R\$189.028 em 31 de dezembro de 2021). De acordo com estimativas e projeções, a situação do capital circulante líquido negativo, assim como as demandas para futuros investimentos na UHE, serão suportadas pelas receitas de operações futuras e/ou captação de financiamentos bancários.

Em 21 de setembro de 2015, a NESA obteve decisão liminar determinando à Aneel que “até a análise do pleito liminar formulado no processo de origem, se abstenha de aplicar à agravante quaisquer penalidades ou sanções em decorrência da não entrada em operação da UHE Belo Monte na data estabelecida no cronograma original do projeto, incluindo aquelas previstas em Resolução Normativa da Aneel nº 595/2013 e no Contrato de Concessão 01/2010-MME da UHE Belo Monte”. A probabilidade de perda foi classificada como possível pelos assessores jurídicos da NESA, e o valor da perda estimada em Belo Monte até 30 de setembro de 2022 é de R\$3.026 milhões (R\$2.832 milhões em 31 de dezembro de 2021).

d) Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Investidas controladas em conjunto:

Norte Energia S.A. (“NESA”) – investimento por meio da Amazônia Energia e Aliança Norte

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas da NESA e determinados executivos desses outros acionistas. No contexto acima, o Ministério Público Federal iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo empreiteiros e fornecedores da NESA e de seus outros acionistas, as quais ainda estão em curso. No momento, não há como determinar os resultados das referidas investigações, e seus respectivos desdobramentos, que podem, eventualmente, trazer consequências futuras à investida, além dos efeitos passados das baixas do ativo da infraestrutura no montante R\$183.000 registrada pela NESA em 2015, levando em consideração os resultados da investigação interna independente conduzida por ela e seus outros acionistas, cujos ajustes foram refletidos na Companhia por meio do resultado de equivalência patrimonial naquele mesmo ano.

Em 9 de março de 2018, foi deflagrada a “Operação Buona Fortuna”, em razão da 49ª fase da Operação Lava Jato. Segundo notícias veiculadas, a operação investiga pagamento de propina do Consórcio construtor de Belo Monte formado pelas empresas Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Odebrecht, OAS e J. Malucelli. A Administração da NESA entende que, até o momento, não há fatos novos que tenham sido divulgados pela 49ª fase da operação Lava Jato que requeiram procedimentos de investigação interna adicionais aos que já foram efetuados.

A administração da Companhia com base no conhecimento que possui dos fatos acima descritos e nos procedimentos independentes executados, entende que as conclusões apresentadas no relatório da investigação independente estão adequadas e, portanto, nenhum ajuste foi efetuado em suas informações contábeis intermediárias, e quaisquer alterações futuras no cenário existente terão seus impactos refletidos, apropriadamente, em suas informações contábeis.

Madeira Energia S.A. (“MESA”)

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal (MPF) que envolvem outros acionistas indiretos da MESA e determinados executivos desses outros acionistas indiretos. No contexto acima, o MPF iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo empreiteiros e fornecedores da MESA e de seus outros acionistas, as quais ainda estão em curso. Como resposta a alegações de possíveis atividades ilegais, a investida e seus outros acionistas iniciaram investigação interna independente.

A investigação interna independente, concluída em fevereiro de 2019, salvo novos desdobramentos futuros de eventuais acordos de leniência a serem celebrados por terceiros e/ou de termos de colaboração firmados por terceiros com as autoridades brasileiras, não encontrou evidências objetivas que permitam afirmar suposta existência de pagamentos indevidos por parte da MESA que devam ser considerados para eventual baixa contábil, repasse ou majoração de custos para fazer frente às vantagens indevidas e vinculação da MESA aos atos de seus fornecedores, nos termos das delações e colaborações tornadas públicas.

A administração da Companhia com base no conhecimento que possui dos fatos acima descritos e nos procedimentos independentes executados, entende que as conclusões apresentadas no relatório da investigação independente estão adequadas e, portanto, nenhum ajuste foi efetuado em suas informações contábeis intermediárias, e quaisquer alterações futuras no cenário existente terão seus impactos refletidos, apropriadamente, em suas informações contábeis.

Outras investigações

Em adição ao mencionado acima, existem investigações sendo conduzidas pela Promotoria Pública do Estado de Minas Gerais e pela Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, com o objetivo de identificar possíveis irregularidades nos investimentos da Companhia na Guanhães e na MESA.

Procedimentos internos relativos a riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Considerando as investigações por parte das autoridades públicas que estão sendo realizadas na Companhia, na sua controladora Cemig e em determinadas investidas, conforme descrito acima, os órgãos de governança da Cemig autorizaram a contratação de empresa especializada para analisar os procedimentos internos relacionados a esses investimentos. Essa investigação independente foi supervisionada por Comissão Especial de Investigação (CEI) cuja criação foi aprovada pelos órgãos de governança da Companhia.

A investigação interna e independente foi concluída e o seu relatório final foi entregue em 8 de maio de 2020, sendo que não foram identificadas evidências objetivas de atos ilegais nos investimentos realizados pela Companhia submetidos à investigação. Portanto, não houve impacto como resultado dessas investigações nas informações contábeis intermediárias da Companhia em 30 de setembro de 2022, tampouco em suas demonstrações financeiras de exercícios anteriores.

No segundo semestre de 2019, a Companhia assinou acordo de cooperação com a Securities and Exchange Commission (SEC) e U.S. Department of Justice (DoJ), os quais se estenderam até agosto de 2021 e julho de 2022, respectivamente. A Companhia tem atendido às solicitações e pretende continuar contribuindo com a SEC e o DoJ, em conformidade com as eventuais demandas apresentadas.

Em razão da finalização das investigações para as quais a Comissão Especial de Investigação (CEI) foi constituída, com a entrega do relatório final pela consultoria especializada, os órgãos de governança da Companhia decidiram extinguir a referida Comissão. Na hipótese de haver eventuais necessidades futuras, em razão de desdobramentos da matéria, a Comissão poderá ser recomposta.

Ao final de 2020, a Companhia iniciou procedimentos internos para apuração de denúncias recebidas do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) por meio de Ofícios encaminhados à Companhia, cujo conteúdo compreende alegadas irregularidades no processo de compras, cuja investigação está sendo acompanhada por uma Comissão de Investigação, com o apoio de assessoria especializada.

A investigação interna e independente iniciada em dezembro de 2020 foi concluída no final de 2021, com o recebimento do relatório final, que foi aprovado pela Comissão de Investigação e encaminhado pela Companhia ao MPMG, que ainda não concluiu sua investigação, não tendo sido identificado nenhum ponto que possa apresentar impacto relevante às informações contábeis intermediárias de 30 de setembro de 2022 ou demonstrações financeiras de exercícios anteriores. A Companhia aguarda o desfecho das investigações por parte do MPMG e por outras autoridades nacionais e internacionais com as quais o referido relatório foi compartilhado.

A Companhia avaliará qualquer mudança futura nesse cenário e eventuais impactos, se for o caso, que possam afetar as informações contábeis intermediárias e permanece colaborando com as autoridades públicas nacionais e internacionais nas suas análises relacionadas às investigações em curso.

14. IMOBILIZADO

Consolidado	30/09/2022			31/12/2021		
	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço	7.380.717	(5.354.950)	2.025.767	7.328.985	(5.216.046)	2.112.939
Terrenos	246.946	(28.220)	218.726	246.523	(25.822)	220.701
Reservatórios, barragens e adutoras	3.301.814	(2.412.600)	889.214	3.295.828	(2.352.006)	943.822
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.091.291	(854.729)	236.562	1.085.888	(837.918)	247.970
Máquinas e equipamentos	2.713.629	(2.035.784)	677.845	2.667.242	(1.970.649)	696.593
Veículos	14.136	(12.978)	1.158	20.602	(19.230)	1.372
Móveis e utensílios	12.901	(10.639)	2.262	12.902	(10.421)	2.481
Em curso	332.833	-	332.833	304.586	-	304.586
Ativos em curso	332.833	-	332.833	304.586	-	304.586
Imobilizado líquido	7.713.550	(5.354.950)	2.358.600	7.633.571	(5.216.046)	2.417.525

Controladora	30/09/2022			31/12/2021		
	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço	6.185.094	(4.712.461)	1.472.633	6.155.957	(4.609.197)	1.546.760
Terrenos	242.323	(27.786)	214.537	241.900	(25.418)	216.482
Reservatórios, barragens e adutoras	3.019.053	(2.258.791)	760.262	3.013.067	(2.204.303)	808.764
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.001.797	(810.491)	191.306	997.133	(795.789)	201.344
Máquinas e equipamentos	1.895.345	(1.592.187)	303.158	1.870.814	(1.554.440)	316.374
Veículos	13.918	(12.760)	1.158	20.384	(19.012)	1.372
Móveis e utensílios	12.658	(10.446)	2.212	12.659	(10.235)	2.424
Em curso	117.227	-	117.227	110.086	-	110.086
Ativos em curso	117.227	-	117.227	110.086	-	110.086
Imobilizado líquido	6.302.321	(4.712.461)	1.589.860	6.266.043	(4.609.197)	1.656.846

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2021	Adição	Reversão de provisão (3)	Transferência (2)	Baixa	Depreciação	Saldo em 30/09/2022
Em serviço	2.112.939	-	-	50.174	(8.669)	(128.677)	2.025.767
Terrenos (1)	220.701	-	-	423	-	(2.398)	218.726
Reservatórios, barragens e adutoras	943.822	-	-	6.217	-	(60.825)	889.214
Edificações, obras civis e benfeitorias	247.970	-	-	1.691	-	(13.099)	236.562
Máquinas e equipamentos	696.593	-	-	41.697	(8.669)	(51.776)	677.845
Veículos	1.372	-	-	146	-	(360)	1.158
Móveis e utensílios	2.481	-	-	-	-	(219)	2.262
Em curso	304.586	76.763	1.658	(50.174)	-	-	332.833
Imobilizado líquido	2.417.525	76.763	1.658	-	(8.669)	(128.677)	2.358.600

Controladora	Saldo em 31/12/2021	Adição	Reversão de provisão (3)	Transferência (2)	Baixa	Depreciação	Saldo em 30/09/2022
Em serviço	1.546.760	-	-	18.255	(58)	(92.324)	1.472.633
Terrenos (1)	216.482	-	-	423	-	(2.368)	214.537
Reservatórios, barragens e adutoras	808.764	-	-	6.217	-	(54.719)	760.262
Edificações, obras civis e benfeitorias	201.344	-	-	951	-	(10.989)	191.306
Máquinas e equipamentos	316.374	-	-	10.518	(58)	(23.676)	303.158
Veículos	1.372	-	-	146	-	(360)	1.158
Móveis e utensílios	2.424	-	-	-	-	(212)	2.212
Em curso	110.086	23.738	1.658	(18.255)	-	-	117.227
Imobilizado líquido	1.656.846	23.738	1.658	-	(58)	(92.324)	1.589.860

- (1) Determinados terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são amortizados de acordo com o período da concessão.
- (2) Saldo referente à transferência de bens em curso para em serviço.
- (3) Reversão de provisão anteriormente constituída para redução ao valor recuperável de ativos vinculados a obras em andamento com expectativa de cancelamento parcial ou total, em função da saída da Companhia de consórcio anteriormente firmado.

Consórcio

A Companhia participa no consórcio de geração de energia elétrica de Queimado, para o qual não foi constituída entidade com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão. A parcela da Companhia no consórcio é registrada e controlada individualmente nas respectivas rubricas de ativo imobilizado e intangível.

Controladora e Consolidado	Participação na energia gerada (%)	Taxa Média Anual de Depreciação (%)	30/09/2022	31/12/2021
Em serviço				
Usina de Queimado	82,50	3,94	220.070	220.009
Depreciação acumulada			(132.540)	(126.583)
Total em operação			87.530	93.426
Em curso				
Usina de Queimado	82,50	-	74	43
Total em construção			74	43
Total			87.604	93.469

15. INTANGÍVEIS

Consolidado	30/09/2022			31/12/2021		
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor residual	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor residual
Em serviço	1.327.495	(337.897)	989.598	1.326.989	(226.203)	1.100.786
Servidão	14.692	(5.235)	9.457	14.692	(4.726)	9.966
Concessão onerosa	13.599	(8.961)	4.638	13.599	(8.491)	5.108
Ativos da concessão (1)	202.337	(94.434)	107.903	202.338	(85.892)	116.446
Ativos da concessão - GSF	1.031.810	(166.293)	865.517	1.031.809	(65.744)	966.065
Outros	65.057	(62.974)	2.083	64.551	(61.350)	3.201
Em curso	15.814	-	15.814	12.126	-	12.126
Ativos em formação	15.814	-	15.814	12.126	-	12.126
Intangível líquido	1.343.309	(337.897)	1.005.412	1.339.115	(226.203)	1.112.912

- (1) Os direitos de autorização de geração de energia eólica concedidos à Parajuru e Volta do Rio, no montante líquido de R\$107.903 são considerados nas informações contábeis intermediárias da controladora como investimentos e são classificados no balanço consolidado na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09. Esses ativos de concessão são amortizados pelo método linear, durante o prazo da concessão.

Controladora	30/09/2022			31/12/2021		
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor residual	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor residual
Em serviço	893.415	(224.159)	669.256	892.909	(131.617)	761.292
Servidão	11.451	(4.899)	6.552	11.451	(4.481)	6.970
Concessão onerosa	11.720	(7.524)	4.196	11.720	(7.171)	4.549
Ativos da concessão - GSF	805.613	(149.051)	656.562	805.613	(58.845)	746.768
Outros	64.631	(62.685)	1.946	64.125	(61.120)	3.005
Em curso	15.799	-	15.799	12.113	-	12.113
Ativos em formação	15.799	-	15.799	12.113	-	12.113
Intangível líquido	909.214	(224.159)	685.055	905.022	(131.617)	773.405

A movimentação do ativo intangível é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2021	Adição	Capitalização/ Transferência (1)	Amortização	Saldo em 30/09/2022
Em serviço	1.100.786	-	507	(111.695)	989.598
Servidão	9.966	-	-	(509)	9.457
Concessão onerosa	5.108	-	-	(470)	4.638
Ativos da concessão	116.446	-	-	(8.543)	107.903
Ativos da concessão - GSF	966.065	-	-	(100.548)	865.517
Outros	3.201	-	507	(1.625)	2.083
Em curso	12.126	4.195	(507)	-	15.814
Ativos em formação	12.126	4.195	(507)	-	15.814
Total	1.112.912	4.195	-	(111.695)	1.005.412

(1) Saldo referente à transferência de bens em curso para bens em serviço.

Controladora	Saldo em 31/12/2021	Adição	Capitalização/ Transferência (1)	Amortização	Saldo em 30/09/2022
Em serviço	761.292	-	507	(92.543)	669.256
Servidão	6.970	-	-	(418)	6.552
Concessão onerosa	4.549	-	-	(353)	4.196
Ativos da concessão - GSF	746.768	-	-	(90.206)	656.562
Outros	3.005	-	507	(1.566)	1.946
Em curso	12.113	4.193	(507)	-	15.799
Ativos em formação	12.113	4.193	(507)	-	15.799
Total	773.405	4.193	-	(92.543)	685.055

(1) Saldo referente à transferência de bens em curso para bens em serviço.

Repactuação do risco hidrológico – Generation Scaling Factor - GSF

A ReH nº 2.919/2021 homologou os valores do direito à compensação das usinas São Simão, Jaguará, Miranda e Volta Grande, cuja titularidade era da Companhia no período indicado na Lei nº 14.052/2020 para compensação, mas esta Lei não especifica como esta será realizada na hipótese de ausência de dívidas com a União relativa ao regime de concessões determinado na Lei. Os valores apurados são:

Cemig Geração - Usinas Relicitadas	Valor
São Simão	783.004
Miranda	145.528
Jaguara	237.218
Volta Grande	156.688
Total	1.322.438

Considerando que não existe previsão legal quanto à forma da compensação dos riscos não-hidrológicos e o direito da Companhia depende da ocorrência de eventos futuros incertos, que não estão totalmente sob seu controle, os ativos contingentes relativos às usinas listadas na tabela acima não foram reconhecidos.

16. ARRENDAMENTOS

a) Direito de uso

A movimentação do ativo de direito de uso é como segue:

Consolidado	Imóveis	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	37.010	4.854	41.864
Baixa (contratos encerrados)	(40)	-	(40)
Adição	58	5.160	5.218
Amortização (1)	(1.182)	(5.003)	(6.185)
Remensuração (2)	1.251	153	1.404
Saldo em 30 de setembro de 2022	37.097	5.164	42.261

Controladora	Imóveis	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	35.575	4.852	40.427
Baixa (contratos encerrados)	(40)	-	(40)
Adição	58	5.160	5.218
Amortização (1)	(1.133)	(4.599)	(5.732)
Remensuração (2)	1.246	(425)	821
Saldo em 30 de setembro de 2022	35.706	4.988	40.694

- (1) A amortização do direito de uso reconhecida no resultado está líquida do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, nos montantes de R\$86 para consolidado e R\$84 para controladora no período de janeiro a setembro de 2022 (R\$81 para consolidado e R\$79 para controladora no período de janeiro a setembro de 2021).
- (2) A Companhia e suas controladas identificaram eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento com ajuste ao ativo de direito de uso.

b) Passivo de arrendamentos

A movimentação do passivo de arrendamentos é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2021	45.450	43.926
Baixa (contratos encerrados)	(48)	(48)
Adição	5.218	5.218
Juros incorridos (1)	3.993	3.820
Arrendamentos pagos	(8.638)	(8.080)
Juros sobre arrendamentos pagos	(420)	(395)
Remensuração (2)	1.404	821
Saldo em 30 de setembro de 2022	46.959	45.262
Passivo circulante	5.360	4.988
Passivo não circulante	41.599	40.274

- (1) As despesas financeiras reconhecidas no resultado estão líquidas do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, nos montantes de R\$277 e R\$274 no período de janeiro a setembro de 2022 para consolidado e controladora, respectivamente (R\$264 e R\$261 no período de janeiro a setembro de 2021 para consolidado e controladora, respectivamente).
- (2) A Companhia e suas controladas identificaram eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

O direito potencial de recuperar PIS/Pasep e Cofins embutido na contraprestação de arrendamento, de acordo com os períodos previstos para pagamento, é apresentado a seguir:

Fluxo de caixa	Consolidado		Controladora	
	Nominal	Ajustado a valor presente	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	127.995	46.959	123.208	45.262
PIS/Pasep e Cofins potencial à alíquota de 9,25%	11.508	3.747	11.391	3.709

A Companhia, na mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2).

Os fluxos de caixa dos contratos de arrendamento são, em sua maioria, atualizados pelo IPCA, anualmente. A análise de vencimento do passivo de arrendamentos é apresentada a seguir:

	Consolidado (Nominal)	Controladora (Nominal)
2022	1.526	1.333
2023	5.580	5.331
2024	5.515	5.316
2025	5.508	5.308
2026	5.508	5.308
2027 a 2045	104.358	100.612
Valores não descontados	127.995	123.208
Juros embutidos	(81.036)	(77.946)
Passivo de arrendamento	46.959	45.262

17. FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Suprimento e transporte de energia elétrica (1)	468.642	288.869	459.564	283.389
Materiais e serviços	60.839	94.917	30.569	50.990
	529.481	383.786	490.133	334.379

- (1) Inclui estimativa de compra de energia no ACL, que variou significativamente no período observado em decorrência, principalmente, da efetivação de novos contratos no exercício de 2022 ocasionando o aumento do volume de compra de energia, bem como reajustes de contratos já existentes.

18. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Circulante				
ICMS	27.091	22.797	21.849	17.910
Pasep (1)	15.075	14.336	13.312	12.242
Cofins (1)	68.839	64.946	61.401	56.360
INSS	12.903	10.337	7.164	6.497
ISSQN	3.373	2.439	2.328	1.857
Outros (2)	5.935	29.532	5.399	28.881
	133.216	144.387	111.453	123.747
Não circulante				
Pasep (1)	63.281	59.582	61.268	57.923
Cofins (1)	292.173	274.465	282.881	266.807
	355.454	334.047	344.149	324.730
	488.670	478.434	455.602	448.477

- (1) PIS/Pasep e Cofins registrados no passivo circulante incluem o diferimento sobre a remuneração financeira do ativo de contrato e sobre as receitas de construção e melhoria vinculadas aos contratos de transmissão. Para mais informações, ver nota explicativa nº 12.
- (2) O saldo de 31 de dezembro de 2021 inclui a retenção na fonte de imposto de renda sobre os juros sobre o capital próprio declarados em 10 de dezembro de 2021, cujo recolhimento ocorreu em janeiro de 2022, em conformidade à legislação tributária.

19. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Financiadores	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais	Moedas	Consolidado e Controladora 30/09/2022			Consolidado e Controladora 31/12/2021
				Circulante	Não circulante	Total	
MOEDA ESTRANGEIRA							
Eurobonds	2024	9,25%	USD	187.950	5.406.600	5.594.550	5.622.673
(-) Custos de transação				-	(6.380)	(6.380)	(8.220)
(+/-) Recursos antecipados (1)				-	(10.432)	(10.432)	(13.356)
Total de empréstimos e financiamentos				187.950	5.389.788	5.577.738	5.601.097
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série (2)	2022	IPCA + 6,20%	R\$	-	-	-	428.367
(-) Custos de transação				-	-	-	(4)
Total de debêntures				-	-	-	428.363
Total geral				187.950	5.389.788	5.577.738	6.029.460

- (1) Antecipação de recursos para atingir a taxa de retorno até o vencimento (*Yield to Maturity*) acordado em contrato do Eurobonds.
- (2) Em fevereiro de 2022, a Cemig GT liquidou a debênture – 3ª Emissão – 3ª Série.

As debêntures de emissão da Companhia são do tipo “simples”, não conversíveis em ações, não havendo cláusulas de repactuação e debêntures em tesouraria.

Garantias

Em 30 de setembro de 2022 o saldo devedor dos empréstimos e financiamentos da Companhia é garantido da seguinte forma:

Consolidado	30/09/2022
Aval e fiança	5.577.738

A composição consolidada dos empréstimos, financiamentos e debêntures, por moeda e indexador, com a respectiva amortização é como segue:

Consolidado e controladora	2022	2023	2024	Total
Moedas				
Dólar Norte Americano	187.950	-	5.406.600	5.594.550
Total por moedas	187.950	-	5.406.600	5.594.550
(-) Custos de transação	-	(2.160)	(4.220)	(6.380)
(+/-) Recursos antecipados	-	-	(10.432)	(10.432)
Total geral	187.950	(2.160)	5.391.948	5.577.738

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram as seguintes variações:

Moeda	Varição acumulada no período de janeiro a setembro de 2022 (%)	Varição acumulada no período de janeiro a setembro de 2021 (%)	Indexador	Varição acumulada no período de janeiro a setembro de 2022 (%)	Varição acumulada no período de janeiro a setembro de 2021 (%)
Dólar Norte-Americano	(3,12)	4,67	IPCA	4,09	6,90
			CDI	8,85	2,50

Moeda	Varição acumulada no terceiro trimestre de 2022 (%)	Varição acumulada no terceiro trimestre de 2021 (%)	Indexador	Varição acumulada no terceiro trimestre de 2022 (%)	Varição acumulada no terceiro trimestre de 2021 (%)
Dólar Norte-Americano	3,22	8,74	IPCA	(1,32)	3,02
			CDI	3,26	1,21

A movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures é como segue:

	Consolidado e Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2021	6.029.460
Varição monetária	3.060
Varição cambial	(173.900)
Encargos financeiros provisionados	411.830
Amortização dos custos de transação	1.843
Encargos financeiros pagos	(285.043)
Amortização de principal	(409.512)
Saldo em 30 de setembro de 2022	5.577.738

Cláusulas contratuais restritivas – “Covenants”

Há cláusulas de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado, da Companhia ou de sua controladora Cemig, superior a R\$50 milhões (“*cross default*”).

A Companhia e suas controladas possuem contratos com Cláusulas Restritivas (“Covenants”) atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Título	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido Cemig GT	Índice requerido Cemig (garantidora)	Exigibilidade de cumprimento
Eurobonds (1)	Dívida Líquida / EBITDA Ajustado para o Covenant (2)	Manter índice igual ou inferior a: 2,5 em 31/12/2021 em diante	Manter índice igual ou inferior a: 3,0 em 31/12/2021 em diante	Semestral e anual

- (1) Diante de uma eventual ultrapassagem dos covenants financeiros de manutenção, os juros serão automaticamente majorados em 2% a.a. durante o período em que permanecerem ultrapassados. Há também a obrigação de se respeitar um *covenant* “de manutenção” de dívida com garantia real no Consolidado da Cemig em relação ao Ebitda de 2,0x (1,75x em dez/17) e um *covenant* “de incorrência” de dívida com garantia real na Companhia em relação ao Ebitda de 1,5x.
- (2) O Ebtida ajustado corresponde ao lucro antes dos juros, impostos de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização, calculado conforme a Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, do qual é subtraído o resultado não operacional, quaisquer créditos e ganhos não monetários que aumentem o lucro líquido, na medida em que não sejam recorrentes, e quaisquer pagamentos em dinheiro efetuados em bases consolidadas durante esse período, referentes a encargos não monetários que foram adicionados novamente na determinação do Ebtida em qualquer período anterior, e acréscido de despesas não monetárias e encargos não monetários, na medida em que não sejam recorrentes.

A Administração monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas.

As informações relativas aos instrumentos financeiros derivativos (operações de “*swap*”) contratados para proteção do serviço associado à dívida com Eurobonds (principal em moeda estrangeira mais juros), bem como a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, são divulgadas na nota explicativa nº 28.

20. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Passivo				
Reserva global de reversão – RGR	2.467	3.529	-	-
Compensação financ.pela utiliz. de recursos hídricos – CFURH	13.634	5.374	10.407	2.227
Conta de desenvolvimento energético – CDE	83.257	63.060	83.257	63.060
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica – TFSEE	789	717	713	641
Prog.de incentivo às fontes altern. de energia elétrica – Proinfa	13.647	16.623	13.647	16.623
Fundo nacional de desenv. científico tecnológico – FNDCT	1.391	1.120	734	577
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	13.544	22.103	5.201	16.166
Pesquisa expansão sistema energético	834	699	506	428
CDE sobre P&D	548	476	377	330
	130.111	113.701	114.842	100.052
Passivo circulante	125.249	111.160	114.842	100.052
Passivo não circulante	4.862	2.541	-	-

21. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

Consolidado e Controladora	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2021	548.112	744.895	14.207	1.307.214
Despesa reconhecida no resultado	43.908	61.134	1.183	106.225
Contribuições pagas	(45.913)	(31.448)	(601)	(77.962)
Passivo líquido em 30 de setembro de 2022	546.107	774.581	14.789	1.335.477
			30/09/2022	31/12/2021
Passivo circulante			81.236	75.257
Passivo não circulante			1.254.241	1.231.957

Os valores registrados no passivo circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Companhia, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, no montante de R\$98.565 no período de janeiro a setembro de 2022 (R\$69.177 no período de janeiro a setembro de 2021), mais os encargos e variação monetária da dívida pactuada com a Forluz, no montante de R\$7.660 no período de janeiro a setembro de 2022 (R\$11.377 no período de janeiro a setembro de 2021).

Seguro de vida

A Companhia disponibilizava, até o término da vigência do acordo coletivo findo em outubro de 2021, a cobertura de 50% da apólice de seguro de vida, com determinadas características específicas, para os aposentados.

Entretanto, em função das alterações realizadas no Acordo Coletivo de Trabalho 2021/2023, para oferta e custeio de seguro de vida para os empregados e ex-empregados, o referido benefício pós-emprego foi extinto e, desta forma, a Companhia realizou, no quarto trimestre de 2021, a baixa do saldo da obrigação, remensurado pelas premissas atuariais revisadas, em contrapartida ao resultado e Patrimônio Líquido, nos montantes de R\$91.290 e R\$13.618.

Em fevereiro de 2022 a Associação dos Eletricitários Aposentados e Pensionistas da Cemig e subsidiárias ("AEA/MG") pleiteou tutela de urgência para que a Cemig cumprisse e mantivesse integralmente os termos relativos ao custeio do prêmio do seguro de vida que vinha sendo praticado. Entretanto, o Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região indeferiu tal pedido de urgência, fundamentado no entendimento de que se trata de discussão envolvendo validade de norma coletiva. Em vista disso, os assessores jurídicos da Companhia avaliaram a probabilidade de perda dessa ação judicial como remota.

Dívida pactuada com o fundo de pensão - Forluz

Em 30 de setembro de 2022, a Companhia possui registrada obrigação a pagar referente a *déficits* atuariais passados relacionados ao fundo de pensão no montante de R\$65.436 (R\$87.015 em 31 de dezembro de 2021). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar e está sendo amortizado até junho de 2024, por meio de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de *superávit* da Fundação, a Companhia mantém o registro integral da dívida, de forma específica, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

Equacionamento do déficit do Plano A da Forluz

A Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D assinaram Instrumentos de Assunção de Dívida para Cobertura do Déficit do Plano A relativos aos anos de 2015, 2016 e 2017. Em 30 de setembro de 2022, o montante total a ser pago pela Companhia em decorrência desses *déficits* é de R\$124.727 (R\$121.961 em 31 de dezembro de 2021, referente aos *déficits* de 2015, 2016 e 2017). As amortizações mensais são calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e serão pagas até 2031 para os *déficits* de 2015 e 2016, no montante de R\$82.991, e até 2033 para o *déficit* de 2017, no montante de R\$41.736. Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral dos contratos, a Companhia ficará dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e os contratos serão extintos.

Depósitos em consignação à Forluz

Equacionamento do déficit 2019

Em dezembro de 2020, em conformidade com a legislação específica, a Forluz encaminhou à Cemig proposta de celebração de um novo Instrumento Particular de Assunção de Dívida entre a Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D, conforme plano de equacionamento para cobertura de déficit do Plano A da Forluz verificado em 2019. O montante total a ser pago pela Companhia em decorrência do déficit apurado no Plano A, sem considerar a paridade contributiva, é de R\$36.304, através de 166 parcelas mensais, incidindo juros remuneratórios sobre o saldo devedor de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral do contrato, a Companhia ficaria dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e o contrato seria extinto.

A Companhia, reconhecendo a obrigação legal quanto ao déficit do Plano A, correspondente a 50% do valor mínimo, respeitando a regra de paridade contributiva, realizou os pagamentos em consignação, no montante de R\$3.200 (R\$1.535 em 31 de dezembro de 2021), que ficaram à disposição da Forluz para serem resgatados em conta em banco oficial. Devido à recusa do recebimento deste montante pela Forluz, a Companhia propôs, em 26 de maio de 2021, Ação de Consignação de Pagamento.

A Forluz, em decorrência da não celebração do Instrumento Particular de Assunção de Dívida para cobertura do valor mínimo proposto no plano de equacionamento do déficit atuarial do Plano A verificado em 2019, bem como da recusa dos pagamentos em consignação realizados pela Companhia, entrou, em 27 de abril de 2021, com ação judicial contra as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D, requerendo que seja julgado procedente o pedido para assegurar o cumprimento da contratação da dívida para a cobertura do déficit do Plano A, no montante de R\$160.425, referente ao exercício de 2019.

Em maio de 2022, a 1ª instância do Tribunal de Justiça de Minas Gerais proferiu decisão favorável à Forluz, julgando improcedentes os pedidos da Companhia. Entretanto, para essa discussão cabe continuidade em instâncias superiores. Por isso, a Companhia, amparada na avaliação de seus especialistas, optou pela manutenção da contingência de perda como possível.

Equacionamento do déficit 2020

Em 31 de março de 2022, considerando a divergência mencionada no item anterior, foi iniciada consignação em pagamento do déficit de 2020 do Plano A, com o depósito da primeira parcela, limitada a 50% dos valores previstos no Plano proposto pela Forluz, com respeito à norma constitucional da paridade contributiva, sendo este recursado pela entidade de Previdência, exercendo possibilidade processual cabível, em 18 de abril de 2022. O montante depositado pela Companhia foi de R\$1.638 em 30 de setembro de 2022, que ficará mantido em banco oficial à disposição da Forluz em conta consignada.

O montante total a ser pago pela Companhia em decorrência do déficit apurado no Plano A, sem considerar a paridade contributiva, é de R\$56.947, por meio de 158 parcelas mensais, incidindo juros remuneratórios sobre o saldo devedor de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral do contrato, a Companhia ficaria dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e o contrato seria extinto.

22. PROVISÕES

Consolidado	31/12/2021	Adições	Reversões	Liquidações	30/09/2022
Trabalhistas	59.957	14.486	(405)	(6.446)	67.592
Tributárias	317.326	55.327	(67.489)	(196)	304.968
Regulatórias	4.131	641	-	(155)	4.617
Outras	56.629	7.022	(5)	(894)	62.752
Total	438.043	77.476	(67.899)	(7.691)	439.929

Controladora	31/12/2021	Adições	Reversões	Liquidações	30/09/2022
Trabalhistas	59.957	14.486	(405)	(6.446)	67.592
Tributárias	317.287	55.327	(67.451)	(195)	304.968
Regulatórias	4.131	641	-	(155)	4.617
Outras	56.397	6.766	(5)	(893)	62.265
Total	437.772	77.220	(67.861)	(7.689)	439.442

A Administração da Companhia e de suas controladas, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas informações contábeis intermediárias a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de quaisquer possibilidades de reembolsos.

A Companhia e suas controladas acreditam que eventuais desembolsos após o desfecho dos respectivos processos, em excesso aos montantes provisionados, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e da sua posição financeira.

As principais provisões e passivos contingentes estão detalhados a seguir, incluindo a melhor expectativa dos desembolsos futuros para sua liquidação:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável

Trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações movidas por seus empregados e por terceirizados. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz. O montante provisionado é de R\$67.592 (R\$59.957 em 31 de dezembro de 2021).

Tributárias

Contribuições Previdenciárias – Participação nos Lucros e Resultados

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos e judiciais contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) a seus empregados entre os anos de 1999 e 2016, alegando que a Companhia não atendeu aos requisitos da Lei nº 10.101/2000 por não estabelecer previamente regras claras e objetivas para a distribuição desses valores. Em agosto de 2019, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região publicou decisão desfavorável à Companhia sobre o tema. Conseqüentemente, a Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, reavaliou a probabilidade de perda de possível para provável de determinadas parcelas pagas a título de PLR, mantendo a classificação da probabilidade de perda como possível das demais parcelas por acreditar ter argumentos de mérito para defesa. O montante provisionado é de R\$269.823 (R\$314.056 em 31 de dezembro de 2021).

Em agosto de 2022, a Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF) do CARF em alteração a sua jurisprudência, cancelou autuações previdenciárias sobre os valores pagos de PLR. A CSRF reconheceu que não haveria desnaturação para o pagamento destes valores, desde que eles fossem pagos aos empregados após a assinatura do respectivo acordo, independentemente de a assinatura ter se dado após o início do período de aferição das metas. Fundamentada na citada decisão, a Companhia alterou o prognóstico das provisões referentes às contingências de PLR que ainda tramitam no âmbito administrativo de provável para possível, o que representou, portanto, uma baixa de R\$67.451 no provisionamento em comparação com o trimestre anterior.

A Companhia continua acompanhando as ações que tramitam no âmbito do judiciário, para as quais manteve o prognóstico provável, e com isso, o respectivo provisionamento.

Não homologação da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARFs e/ou DCTFs, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS/Pasep e Cofins. A Companhia está contestando a não homologação das compensações. O valor provisionado é de R\$1.202 (R\$1.152 em 31 de dezembro de 2021).

Indenização do anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$41.860, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de imposto de renda e contribuição previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, dada a controvérsia e para evitar o risco de multa futura, a Companhia ajuizou ações judiciais para o reconhecimento do direito de não tributar a indenização dos anuênios, segregando as discussões relativas ao Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária e efetuando o depósito judicial do valor envolvido em cada ação judicial, no valor total histórico de R\$28.716, o qual é considerado suficiente para pagamento da ação judicial. Na ação judicial relativa à incidência da Contribuição Previdenciária sobre os anuênios, foi proferida decisão judicial que impediu a análise de recurso pelo STF, restando a apreciação pelo STJ. Adicionalmente, em outubro de 2022, foi publicada decisão não reconhecendo o Agravo em Recurso Especial interposto pela Companhia, reduzindo as chances de êxito na ação. Em decorrência disso, a classificação de perda desta demanda foi alterada para provável, com provisão do valor em depósito judicial, tratada como evento subsequente modificativo para o 3º trimestre de 2022. A ação judicial relativa à incidência do Imposto de Renda sobre a indenização dos anuênios, diante sua atual fase processual, foi mantida com a probabilidade de perda possível. O valor provisionado é de R\$31.544 (R\$30.496 em 31 de dezembro de 2021).

Demais Ações tributárias

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, em que são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Programa de Integração Social (PIS), à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aos embargos à execução fiscal. O valor provisionado é de R\$2.399 (R\$2.118 em 31 de dezembro de 2021).

Regulatórias

A Companhia é ré em processos administrativos e judiciais em que são questionadas, principalmente, a redução de contrato de fornecimento de energia elétrica, a limitação de procedimento para operação de barragem de usina, auto de infração decorrente de fiscalização do órgão regulador, dentre outras. O valor provisionado é de R\$4.617 (R\$4.131 em 31 de dezembro de 2021).

Outras Ações

A Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações. O montante provisionado é de R\$62.753 (R\$56.629 em 31 de dezembro de 2021). A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia. Os principais assuntos relacionados a essas contingências dizem respeito às discussões quanto a alegados prejuízos sofridos em razão de supostos descumprimentos contratuais quando da prestação de serviço de limpeza de faixas de servidão e aceiros e às relações de consumo.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível

A Companhia é parte de ações judiciais cuja expectativa de perda é considerada possível, uma vez que seus assessores legais avaliaram que há chances possíveis de obter êxito, não sendo realizada a constituição de provisão:

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Trabalhistas	91.606	92.223	89.690	90.459
Cíveis				
Relações de consumo	27.960	28.488	27.865	28.385
Outras ações cíveis	55.107	47.454	54.250	46.819
	83.067	75.941	82.114	75.204
Tributárias	464.975	411.435	438.058	385.878
Regulatórias	527.292	480.620	527.292	480.620
Outras	397.504	350.404	378.081	332.189
Total	1.564.444	1.410.623	1.515.237	1.364.350

Destacam-se os seguintes passivos contingentes:

Impostos e contribuições

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio-alimentação, adicional aposentadoria especial, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de aproximadamente R\$19.783 (R\$18.655 em 31 de dezembro de 2021). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e jurisprudência relativa às questões.

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$95.637 (R\$88.424 em 31 de dezembro de 2021).

Questões regulatórias

Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que se determinou que a Aneel atendesse ao pleito da distribuidora e procedesse, com a CCEE, à recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002.

Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria em um desembolso adicional para a Companhia, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R\$478.203 (R\$436.835 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia obteve em 9 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE e classificou a possibilidade de perda como possível em razão de se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a Companhia possui documentação hábil para suas alegações.

Questões ambientais

Impactos Ambientais Decorrentes de Construção de Usinas

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações civis públicas requerendo a formação de Área de Preservação Permanente (APP) no entorno do reservatório da usina hidrelétrica de Capim Branco, suspensão dos efeitos das licenças ambientais e recuperação de supostos danos ambientais. A Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos acerca das alterações ocorridas no novo código florestal e na jurisprudência relativa ao tema, classificou a probabilidade de perda nesta discussão como possível, e o valor estimado da contingência é de R\$134.494 (R\$123.098 em 31 de dezembro de 2021).

Outras questões ambientais

A Companhia está envolvida em assuntos ambientais, os quais se referem a áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros, no montante de R\$92.573 (R\$72.557 em 31 de dezembro de 2021), para os quais não há saldo provisionado, pois, a Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível.

IDPJ Renova

Determinado fundo de investimento em direitos creditórios entrou com pedido de Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica (“IDPJ”) de determinadas empresas do grupo Renova, objetivando a inclusão de alguns acionistas da Renova, dentre os quais a Companhia e a sua controladora Cemig, no polo passivo do cumprimento de sentença, de forma a responderem solidariamente. O montante envolvido nesta discussão foi estimado em R\$95.732 em 30 de setembro de 2022 (R\$86.256 em 31 de dezembro de 2021) e a probabilidade de perda foi avaliada como possível.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

a) Capital Social

Em 30 de setembro de 2022, o capital social da Companhia é de R\$4.123.724 (R\$4.123.724 em 31 de dezembro de 2021), representado por 2.896.785.358 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig.

Em 31 de outubro de 2022, foi aprovado, por meio de Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”), o aumento do capital social da Companhia, que passou de R\$4.123.724 para R\$5.473.724, sem alteração nas ações ordinárias nominativas. Esse aumento ocorreu mediante a capitalização de R\$1.350.000, provenientes do aporte de capital realizado pela Cemig (controladora da Companhia), operacionalizado por meio de um Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (“AFAC”).

b) Lucro básico e diluído por ação

O lucro por ação foi calculado com base na média ponderada do número de ações ordinárias da Companhia em cada um dos períodos mencionados, conforme segue:

	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021	Jul a Set/2022	Jul a Set/2021
Quantidade de ações (A)	2.896.785.358	2.896.785.358	2.896.785.358	2.896.785.358
Lucro (prejuízo) do período (B)	1.654.646	922.297	251.242	(210.659)
Lucro (prejuízo) por ação – básico e diluído (B/A) (em R\$)	0,57	0,32	0,09	(0,07)

A opção de venda de investimentos descrita na nota explicativa nº 28 tem potencialmente o poder de diluir os resultados por ação básicos no futuro, entretanto, não provocou diluição nos períodos apresentados.

24. RECEITAS

A composição da receita da Companhia e suas controladas é conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos (a)	5.774.556	5.849.708	5.118.698	5.182.980
Receita de transmissão (b)				
Receita de operação e manutenção	540.262	427.199	542.946	431.305
Receita de construção (nota 12)	269.760	137.828	269.760	137.828
Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão (nota 12)	434.779	433.075	414.391	433.075
Receita de atualização da bonificação pela outorga	352.585	368.842	-	-
Transações com energia na CCEE	136.773	276.860	118.907	226.672
Receita de indenização da geração	24.784	-	24.784	-
Receita por antecipação de prestação de serviço	-	153.970	-	-
Outras receitas operacionais	77.372	77.640	111.795	109.776
Tributos e encargos incidentes sobre as receitas (c)	(1.518.290)	(1.464.803)	(1.370.589)	(1.315.079)
	6.092.581	6.260.319	5.230.692	5.206.557

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/2022	Jul a Set/2021	Jul a Set/2022	Jul a Set/2021
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos (a)	1.872.105	2.142.625	1.634.027	1.896.928
Receita de transmissão (b)				
Receita de operação e manutenção	191.022	140.511	192.053	141.812
Receita de construção	100.492	75.694	100.492	75.694
Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão	41.635	158.956	38.818	158.956
Receita de atualização da bonificação pela outorga	59.722	125.438	-	-
Transações com energia na CCEE	95.918	212.490	95.191	199.841
Receita de indenização da geração	24.784	-	24.784	-
Outras receitas operacionais	21.392	37.005	32.428	47.992
Tributos e encargos incidentes sobre as receitas (c)	(488.366)	(523.493)	(442.082)	(483.164)
	1.918.704	2.369.226	1.675.711	2.038.059

(a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica - geração

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	Consolidado				Controladora			
	Jan a Set/2022		Jan a Set/2021		Jan a Set/2022		Jan a Set/2021	
	MWh	R\$	MWh	R\$	MWh	R\$	MWh	R\$
Industrial	11.062.705	3.209.095	10.842.290	2.897.075	10.325.036	2.924.201	10.092.027	2.711.738
Comercial	3.120.427	792.985	3.038.995	657.320	3.116.128	791.149	3.034.796	655.540
Rural	12.454	3.631	26.127	7.275	12.454	3.631	26.127	7.275
Subtotal	14.195.586	4.005.711	13.907.412	3.561.670	13.453.618	3.718.981	13.152.950	3.374.553
Fornec. não faturado, líquido	-	49.694	-	89.894	-	30.523	-	76.438
	14.195.586	4.055.405	13.907.412	3.651.564	13.453.618	3.749.504	13.152.950	3.450.991
Suprim. outras concessionárias (1)	8.594.661	1.723.811	9.675.905	2.219.580	6.152.463	1.370.877	7.067.886	1.740.685
Suprimento não faturado líquido	-	(4.660)	-	(21.436)	-	(1.683)	-	(8.696)
	22.790.247	5.774.556	23.583.317	5.849.708	19.606.081	5.118.698	20.220.836	5.182.980

	Consolidado				Controladora			
	Jul a Set/2022		Jul a Set/2021		Jul a Set/2022		Jul a Set/2021	
	MWh	R\$	MWh	R\$	MWh	R\$	MWh	R\$
Industrial	3.627.964	1.094.518	3.838.364	1.040.722	3.372.782	980.355	3.583.394	977.408
Comercial	997.490	254.045	1.042.841	222.394	996.126	253.491	1.041.621	221.902
Rural	4.032	1.204	6.217	1.677	4.032	1.204	6.217	1.677
Subtotal	4.629.486	1.349.767	4.887.422	1.264.793	4.372.940	1.235.050	4.631.232	1.200.987
Fornec. não faturado, líquido	-	(30.124)	-	29.728	-	(31.924)	-	27.950
	4.629.486	1.319.643	4.887.422	1.294.521	4.372.940	1.203.126	4.631.232	1.228.937
Suprim. outras concessionárias (1)	2.859.640	535.183	3.106.070	777.773	2.052.761	420.100	2.299.135	599.958
Suprimento não faturado líquido	-	17.279	-	70.331	-	10.801	-	68.033
	7.489.126	1.872.105	7.993.492	2.142.625	6.425.701	1.634.027	6.930.367	1.896.928

(1) Esta receita inclui contrato de vendas no ACR às distribuidoras, vendas no ACL às comercializadoras e geradoras, contratos bilaterais com outros agentes e as receitas de gestão de ativos de geração (GAG) das 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015.

(b) Receita de Concessão da Transmissão

A margem das obrigações de performance dos contratos de transmissão está demonstrada abaixo:

	Consolidado		Consolidado	
	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021	Jul a Set/2022	Jul a Set/2021
Receita de construção e melhorias	269.760	137.828	100.492	75.694
Custo de construção e melhorias	(197.998)	(101.728)	(72.112)	(54.604)
Margem	71.762	36.100	28.380	21.090
Mark-up (%)	36,24%	35,49%	39,36%	38,62%
Receita de operação e manutenção	540.262	427.199	191.022	140.511
Custo de operação e manutenção	(195.201)	(184.309)	(58.488)	(64.095)
Margem	345.061	242.890	132.534	76.416
Mark-up (%)	176,77%	131,78%	226,60%	119,22%

(c) Tributos e encargos incidentes sobre a receita

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021
Tributos sobre a Receita				
ICMS	495.180	519.969	442.860	471.157
Cofins	525.757	520.396	467.257	462.365
PIS/Pasep	114.139	112.973	101.444	100.381
ISSQN	3.190	8.115	3.063	3.074
	1.138.266	1.161.453	1.014.624	1.036.977
Encargos do Consumidor				
Reserva Global de Reversão – RGR	9.812	11.006	8.695	9.231
Conta de desenvolvimento energético – CDE	238.375	183.088	238.375	183.088
CDE sobre P&D	2.918	4.176	2.233	3.241
Proinfa	60.623	44.682	60.623	44.682
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	7.152	5.656	5.210	4.090
Fundo nacional de desen.científico e tecnológico - FNDCT	10.070	9.833	7.443	7.331
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	5.035	4.916	3.721	3.665
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	6.701	11.266	6.005	6.315
Compensação financ. pela utilização de recursos hídricos – CFURH	39.338	28.727	23.660	16.459
	380.024	303.350	355.965	278.102
	1.518.290	1.464.803	1.370.589	1.315.079

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/2022	Jul a Set/2021	Jul a Set/2022	Jul a Set/2021
Tributos sobre a Receita				
ICMS	152.954	182.848	133.750	166.324
Cofins	165.724	197.107	149.496	182.789
PIS/Pasep	35.978	42.791	32.457	39.684
ISSQN	1.315	1.010	1.272	971
	355.971	423.756	316.975	389.768
Encargos do Consumidor				
Reserva Global de Reversão – RGR	2.686	3.686	2.616	3.110
Conta de desenvolvimento energético – CDE	81.038	61.336	81.038	61.336
CDE sobre P&D	835	929	583	711
Proinfa	20.318	14.011	20.318	14.011
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	2.074	2.292	1.361	1.660
Fundo nacional de desen.científico e tecnológico - FNDCT	2.909	3.222	1.945	2.371
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	1.454	1.610	972	1.185
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	2.366	2.124	2.140	1.925
Compensação financ. pela utilização de recursos hídricos – CFURH	18.715	10.527	14.134	7.087
	132.395	99.737	125.107	93.396
	488.366	523.493	442.082	483.164

25. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

a) Custos com energia elétrica

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021
Energia elétrica comprada para revenda				
Energia de curto prazo – CCEE	59.755	220.707	49.392	187.977
Energia adquirida no ambiente livre	3.349.884	3.599.357	3.350.266	3.510.000
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(313.581)	(345.671)	(312.718)	(338.125)
	3.096.058	3.474.393	3.086.940	3.359.852
Encargos de uso da rede básica de transmissão				
Encargos de transmissão - Rede básica	165.546	146.115	134.790	118.967
Encargos de distribuição	31.696	24.068	7.927	7.593
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(16.198)	(14.471)	(13.128)	(11.647)
	181.044	155.712	129.589	114.913
Total	3.277.102	3.630.105	3.216.529	3.474.765

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/2022	Jul a Set/2021	Jul a Set/2022	Jul a Set/2021
Energia elétrica comprada para revenda				
Energia de curto prazo – CCEE	13.054	155.045	5.759	137.886
Energia adquirida no ambiente livre	1.369.996	1.540.193	1.374.769	1.466.402
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(127.680)	(153.111)	(127.350)	(147.429)
	1.255.370	1.542.127	1.253.178	1.456.859
Encargos de uso da rede básica de transmissão				
Encargos de transmissão - Rede básica	59.424	52.672	48.446	42.874
Encargos de distribuição	10.026	10.803	2.143	3.056
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(5.752)	(5.271)	(4.666)	(4.242)
	63.698	58.204	45.923	41.688
Total	1.319.068	1.600.331	1.299.101	1.498.547

b) Custos de construção

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021
Pessoal	9.178	6.869	9.178	6.869
Materiais	137.396	66.194	137.396	66.194
Serviços de terceiros	52.533	28.930	52.533	28.930
Outros (recuperação)	(1.109)	(265)	(1.109)	(265)
	197.998	101.728	197.998	101.728

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/2022	Jul a Set/2021	Jul a Set/2022	Jul a Set/2021
Pessoal	3.736	2.144	3.736	2.144
Materiais	45.606	37.793	45.606	37.793
Serviços de terceiros	22.817	14.935	22.817	14.935
Outros (recuperação)	(47)	(268)	(47)	(268)
	72.112	54.604	72.112	54.604

c) Outros custos e despesas operacionais

	Consolidado								Total Jan a Set/2022	Total Jan a Set/2021
	Custos de operação		PECLD		Despesas gerais e administrativas		Outras despesas (receitas) operacionais			
	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021		
Pessoal	195.928	199.199	-	-	54.872	30.135	-	-	250.800	229.334
Participação dos empregados no resultado	-	-	-	-	778	5.876	28.345	21.598	29.123	27.474
Obrigações Pós-emprego	-	-	-	-	-	-	98.565	69.177	98.565	69.177
Materiais	10.803	18.667	-	-	5.857	1.057	-	-	16.660	19.724
Serviços de terceiros	85.920	99.052	-	-	66.273	24.760	-	-	152.193	123.812
Depreciação e amortização (1)	239.368	175.899	-	-	7.475	7.002	(372)	(372)	246.471	182.529
Provisões (reversões) para contingências	9.577	23.231	-	-	-	-	-	-	9.577	23.231
Perdas esperadas de créditos com liquidação duvidosa	-	-	579	13.172	-	-	-	-	579	13.172
Reversão de perda esperada com parte relacionada - Renova (nota 30)	-	-	-	-	-	-	(53.356)	-	(53.356)	-
Opção de venda - SAAG	-	-	-	-	-	-	17.675	36.335	17.675	36.335
Perda por redução ao valor recuperável (2)	-	-	-	-	-	-	37.182	-	37.182	-
Baixa de ativo financeiro (nota 11)	-	-	-	-	-	-	171.770	-	171.770	-
Outros custos e despesas operacionais	10.258	20.174	-	-	5.724	7.065	18.015	20.430	33.997	47.669
	551.854	536.222	579	13.172	140.979	75.895	317.824	147.168	1.011.236	772.457

	Controladora								Total Jan a Set/2022	Total Jan a Set/2021
	Custos de operação		PECLD		Despesas gerais e administrativas		Outras despesas (receitas) operacionais			
	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021		
Pessoal	178.143	183.245	-	-	54.872	30.134	-	-	233.015	213.379
Participação dos empregados no resultado	-	-	-	-	605	5.746	28.025	21.582	28.630	27.328
Obrigações Pós-emprego	-	-	-	-	-	-	98.565	69.177	98.565	69.177
Materiais	4.525	8.015	-	-	5.857	1.057	-	-	10.382	9.072
Serviços de terceiros	40.549	65.068	-	-	66.273	24.760	-	-	106.822	89.828
Depreciação e amortização (1)	183.040	127.578	-	-	7.475	7.003	-	-	190.515	134.581
Provisões (reversões) para contingências	9.359	23.220	-	-	-	-	-	-	9.359	23.220
Perdas esperadas de créditos com liquidação duvidosa	-	-	1.111	13.393	-	-	-	-	1.111	13.393
Reversão de perda esperada com parte relacionada - Renova (nota 30)	-	-	-	-	-	-	(53.356)	-	(53.356)	-
Opção de venda - SAAG	-	-	-	-	-	-	17.675	36.335	17.675	36.335
Perda por redução ao valor recuperável (2)	-	-	-	-	-	-	37.182	-	37.182	-
Baixa de ativo financeiro (nota 11)	-	-	-	-	-	-	171.770	-	171.770	-
Outros custos e despesas operacionais	5.403	12.898	-	-	6.171	7.021	17.345	19.685	28.919	39.604
	421.019	420.024	1.111	13.393	141.253	75.721	317.206	146.779	880.589	655.917

- (1) Líquido de PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre a amortização do direito de uso, no montante de R\$81 para consolidado e R\$79 para controladora no período de janeiro a setembro de 2022 (R\$81 e R\$79 no período de janeiro a setembro de 2021 para consolidado e controladora, respectivamente).
- (2) Em março de 2022, a Companhia recebeu uma notificação extrajudicial da White Martins informando o deferimento de tutela cautelar quanto à alteração do índice de reajuste do preço IGP-M para o IPCA e exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins. A matéria será objeto de procedimento arbitral, conforme condições contratuais pactuadas, cuja instauração está em andamento e depende da assinatura do termo de Arbitragem. Nesse contexto, no 3º trimestre de 2022, foi constituída perda por redução ao valor recuperável, nos termos do CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, referente à diferença gerada pelas alterações anteriormente citadas, considerando que o recebimento do valor em questão dependerá do resultado da arbitragem e não do crédito do cliente.

	Consolidado								Total Jul a Set/2022	Total Jul a Set/2021
	Custos de operação		PECLD		Despesas gerais e administrativas		Outras despesas (receitas) operacionais			
	Jul a Set/2022	Jul a Set/2021	Jul a Set/2022	Jul a Set/2021	Jul a Set/2022	Jul a Set/2021	Jul a Set/2022	Jul a Set/2021		
Pessoal	65.990	60.530	-	-	12.089	12.168	-	-	78.079	72.698
Participação dos empregados no resultado	-	-	-	-	-	412	9.121	13.956	9.121	14.368
Obrigações Pós-emprego	-	-	-	-	-	-	34.599	23.202	34.599	23.202
Materiais	4.054	5.895	-	-	1.877	819	-	-	5.931	6.714
Serviços de terceiros	34.597	37.423	-	-	22.083	11.024	-	-	56.680	48.447
Depreciação e amortização (1)	80.138	83.190	-	-	2.315	2.451	(165)	(124)	82.288	85.517
Provisões (reversões) para contingências	(18.643)	5.862	-	-	-	-	-	-	(18.643)	5.862
Perdas esperadas de créditos com liquidação duvidosa	-	-	884	7.593	-	-	-	-	884	7.593
Opção de venda - SAAG	-	-	-	-	-	-	(14.724)	22.977	(14.724)	22.977
Perda por redução ao valor recuperável	-	-	-	-	-	-	37.182	-	37.182	-
Outros custos e despesas operacionais	3.011	7.654	-	-	1.168	3.057	8.201	3.789	12.380	14.500
	169.147	200.554	884	7.593	39.532	29.931	74.214	63.800	283.777	301.878

	Controladora								Total Jul a Set/2022	Total Jul a Set/2021
	Custos de operação		PECLD		Despesas gerais e administrativas		Outras despesas (receitas) operacionais			
	Jul a Set/2022	Jul a Set/2021	Jul a Set/2022	Jul a Set/2021	Jul a Set/2022	Jul a Set/2021	Jul a Set/2022	Jul a Set/2021		
Pessoal	60.141	55.281	-	-	12.090	12.167	-	-	72.231	67.448
Participação dos empregados no resultado	-	-	-	-	1	409	9.049	13.929	9.050	14.338
Obrigações Pós-emprego	-	-	-	-	-	-	34.599	23.202	34.599	23.202
Materiais	1.751	3.200	-	-	1.877	819	-	-	3.628	4.019
Serviços de terceiros	16.376	22.300	-	-	22.083	11.024	-	-	38.459	33.324
Depreciação e amortização (1)	61.290	64.517	-	-	2.315	2.452	-	-	63.605	66.969
Provisões (reversões) para contingências	(18.614)	5.858	-	-	-	-	-	-	(18.614)	5.858
Perdas esperadas de créditos com liquidação duvidosa	-	-	983	7.801	-	-	-	-	983	7.801
Opção de venda - SAAG	-	-	-	-	-	-	(14.724)	22.977	(14.724)	22.977
Perda por redução ao valor recuperável	-	-	-	-	-	-	37.182	-	37.182	-
Outros custos e despesas operacionais	1.431	2.950	-	-	1.613	3.056	7.914	5.466	10.958	11.472
	122.375	154.106	983	7.801	39.979	29.927	74.020	65.574	237.357	257.408

- (1) Líquido de PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre a amortização do direito de uso, no montante de R\$24 para consolidado e R\$23 para controladora no período de julho a setembro de 2022 (R\$27 e R\$26 no período de julho a setembro de 2021 para consolidado e controladora, respectivamente).
- (2) Em março de 2022, a Companhia recebeu uma notificação extrajudicial da White Martins informando o deferimento de tutela cautelar quanto à alteração do índice de reajuste do preço IGP-M para o IPCA e exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins. A matéria será objeto de procedimento arbitral, conforme condições contratuais pactuadas, cuja instauração está em andamento e depende da assinatura do termo de Arbitragem. Nesse contexto, no 3º trimestre de 2022, foi constituída perda por redução ao valor recuperável, nos termos do CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, referente à diferença gerada pelas alterações anteriormente citadas, considerando que o recebimento do valor em questão dependerá do resultado da arbitragem e não do crédito do cliente.

Pessoal - Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP) – 2022

Em 18 de abril de 2022, a Cemig aprovou o programa de desligamento voluntário programado (PDVP 2022), com período de adesão dos empregados de 2 a 20 de maio de 2022, sendo depois reaberto para adesão no período de 30 de maio de 2022 a 3 de junho de 2022. O programa previa o pagamento das verbas rescisórias legais na modalidade de desligamento “A Pedido” e de um prêmio adicional, a título de indenização, equivalente a um percentual fixo, a depender do tempo de serviço na Cemig, sobre a sua remuneração, por cada ano de trabalho, nos termos do Programa, e, para aqueles empregados com mais de 25 anos de serviço na Cemig, o valor fixo de 12 remunerações.

O custo total, da Companhia, com o programa correspondeu a R\$10.838, com a adesão de 57 empregados.

O programa de desligamento voluntário aprovado em maio de 2021 (PDVP 2021), teve o custo total, para a Companhia de R\$6.168, com a adesão de 53 empregados, no período de 10 a 31 de maio de 2021. O Programa, que previa o pagamento das verbas rescisórias legais na modalidade de desligamento “A Pedido”, sendo o prêmio adicional, a título de indenização, equivalente a um percentual fixo, a depender do tempo de serviço na Cemig, sobre a sua remuneração, por cada ano de trabalho, nos termos do Programa, e, para aqueles empregados com mais de 36 anos de serviço na Cemig, o valor fixo de 10,5 remunerações.

26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de aplicação financeira	137.453	47.138	82.217	34.561
Acréscimos moratórios sobre venda de energia	7.770	4.772	6.020	3.949
Variação monetária	36.968	20.944	36.460	19.724
Variação monetária/depósitos vinculados a litígios	9.268	1.756	9.198	1.742
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos (nota 19)	173.900	-	173.900	-
Atualização dos créditos de PIS/Pasep e Cofins	2.104	4.125	-	2.504
Outras	9.168	19.747	8.310	18.806
PIS/Pasep e Cofins sobre receitas financeiras	(10.697)	(4.047)	(9.692)	(3.779)
	365.934	94.435	306.413	77.507
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 19)	(411.830)	(637.535)	(411.830)	(637.209)
Amortização dos custos de transação (nota 19)	(1.843)	(15.778)	(1.843)	(15.778)
Variação monetária – Forluz	(7.660)	(11.377)	(7.660)	(11.377)
Variação monetária – Empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 19)	(3.060)	(31.158)	(3.060)	(30.038)
Variações monetárias	(15.768)	(15.965)	(3.781)	(8.273)
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos (nota 19)	-	(212.850)	-	(212.850)
Ágio na recompra de títulos de dívida (Eurobonds) (nota 19)	-	(491.036)	-	(491.036)
Perdas com instrumentos financeiros derivativos (nota 28)	(301.940)	(577.129)	(301.940)	(577.129)
Variação monetária de arrendamento (nota 16)	(3.716)	(3.616)	(3.546)	(3.463)
Outras	(5.067)	(9.343)	(1.935)	(5.553)
	(750.884)	(2.005.787)	(735.595)	(1.992.706)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(384.950)	(1.911.352)	(429.182)	(1.915.199)

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/2022	Jul a Set/2021	Jul a Set/2022	Jul a Set/2021
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de aplicação financeira	60.093	19.977	36.099	14.486
Acréscimos moratórios sobre venda de energia	3.139	1.609	2.549	1.297
Variação monetária	15.325	15.425	14.880	15.424
Variação monetária/depósitos vinculados a litígios	4.414	813	4.402	805
Ganhos com inst. financeiros derivativos	100.087	35.636	100.087	35.636
Atualização dos créditos de PIS/Pasep e Cofins	819	2.062	-	623
Outras	602	-	311	-
PIS/Pasep e Cofins sobre receitas financeiras	(6.239)	(1.769)	(5.817)	(1.615)
	178.240	73.753	152.511	66.656
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de empréstimos, financiamentos e debêntures	(149.379)	(191.332)	(149.379)	(193.946)
Amortização dos custos de transação	(634)	(5.258)	(634)	(5.258)
Variação monetária – Forluz	(809)	(3.649)	(809)	(3.649)
Variação monetária – Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	(9.748)	-	(9.280)
Variações monetárias	(3.359)	(1.386)	631	(540)
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos	(168.600)	(504.600)	(168.600)	(504.600)
Ágio na recompra de títulos de dívida (Eurobonds) (nota 19)	-	(491.036)	-	(491.036)
Variação monetária de arrendamento	(1.253)	(1.182)	(1.200)	(1.137)
Outras	(1.281)	(7.862)	(1.085)	(4.412)
	(325.315)	(1.216.053)	(321.076)	(1.213.858)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(147.075)	(1.142.300)	(168.565)	(1.147.202)

27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações consolidados com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS (1)	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021
Operações com energia elétrica (2)								
Madeira Energia	7.991	7.533	171.362	106.975	71.474	72.681	(1.206.686)	(1.137.611)
Aliança Geração	-	-	9.428	6.928	-	-	(78.379)	(68.054)
Norte Energia	2.345	2.338	-	-	19.332	19.871	-	(66.485)
Paracambi (antiga Lightger)	-	-	2.396	2.160	-	-	(25.711)	(21.474)
Hidrelétrica Pipoca	-	-	3.378	3.153	-	-	(35.259)	(27.706)
Taesa	-	-	1.371	1.488	206	187	(11.934)	(9.079)
Cemig Distribuição	29.192	24.997	1.243	1.927	220.252	191.743	(25.566)	(21.218)
Encargos de conexão								
Cemig Distribuição (8)	11.049	8.650	-	-	63.893	58.803	-	-
Convênio de compartilhamento								
Cemig Distribuição (7)	2.565	2.362	-	-	431	2.464	-	-
Prestação de serviço (5)								
Aliança Geração	529	512	-	-	3.642	3.563	-	-
Baguari Energia	296	211	-	-	1.261	432	-	-
Taesa	157	150	-	-	941	908	-	-
Outros créditos								
Companhia Energética de Minas Gerais	-	4.038	-	-	-	-	-	-
Contingências								
Aliança Geração (4)	-	-	55.563	52.497	-	-	(3.066)	(8.233)
Ajuste para perdas								
Madeira Energia (3)	-	-	-	161.648	-	-	-	-
Hidrelétrica Itaocara (6)	-	-	14.280	20.767	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos								
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	685.082	799.947	-	-	-	-
Retiro Baixo	-	7.202	-	-	-	-	-	-
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	114.809	44.789	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	1.579.004	943.747	-	-	82.367	7.966	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	5.606	194.110	-	-	-	-	-	-
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações pós-emprego (9)	-	-	44.023	40.878	-	-	(43.908)	(31.409)
Contribuições para suplementação de aposentadoria - plano de contribuição definitiva (10)	-	-	-	-	-	-	(15.278)	(15.007)
Custeio administrativo (11)	-	-	-	-	-	-	(5.858)	(5.190)
Arrendamento (12)	36.985	36.900	5.137	4.983	-	-	(4.954)	(4.681)
Não circulante								
Obrigações pós-emprego (9)	-	-	502.084	507.234	-	-	-	-
Arrendamento (12)	-	-	36.411	35.534	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de saúde e odontológico (13)	-	-	44.015	38.807	-	-	(62.317)	(42.090)
Não circulante								
Plano de saúde e odontológico (13)	-	-	745.355	720.295	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

- (1) Os relacionamentos entre a Cemig Geração e Transmissão e suas investidas estão descritos na nota de investimento (nº 13);
- (2) As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS);
- (3) Em junho de 2022, foi revertida a provisão referente às obrigações contratuais da Companhia assumidas junto à investida e aos outros acionistas. Mais detalhes na nota explicativa nº 13.
- (4) Refere-se a obrigações contratuais perante à investida Aliança Geração correspondentes a contingências que têm como fato gerador eventos ocorridos antes do fechamento da transação que resultou no aporte de ativos pela Cemig e Vale S.A. no capital desta investida. O valor total das ações alcança o montante de R\$157 milhões (R\$149 milhões em 31 de dezembro de 2021), cabendo à Cemig o valor de R\$56 milhões (R\$52 milhões em 31 de dezembro de 2021);
- (5) Refere-se a contrato de prestação de serviço de operação e manutenção de usinas e de redes de transmissão;
- (6) Foi reconhecido um passivo correspondente à participação da Companhia no Capital Social da Hidrelétrica Itaocara em função de seu Patrimônio Líquido negativo (vide nota explicativa nº 13);
- (7) Convênio de Compartilhamento de Infraestrutura Administrativa e de Recursos Humanos entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- (8) Refere-se a contrato de conexão das instalações de distribuição ao sistema de transmissão (CCT);
- (9) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, mais juros de 6% ao ano e serão amortizados até o exercício de 2031 (vide nota explicativa nº 21);
- (10) Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (11) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade à legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- (12) Aluguel da sede administrativa da Companhia com vigência até agosto de 2024 (Edifício Júlio Soares, podendo ser prorrogado a cada 5 anos, até 2034), reajustado anualmente pelo IPCA, tendo seus preços revisados a cada 60 meses. Em 20 de setembro de 2021, o contrato de aluguel foi reajustado em 9,68%, correspondendo ao IPCA acumulado dos últimos 12 meses. Em 27 de abril de 2021, foi firmado um aditivo do contrato junto à Forluz, em função da transferência das instalações das investidas Cemig SIM e Gasmig para o Edifício Júlio Soares com a consequente redução do custo com aluguel para a Cemig Geração e Transmissão;
- (13) Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide nota explicativa nº 21).

Dividendos a receber

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Sá Carvalho S.A.	-	-	25.821	-
Cemig Geração Três Marias S.A.	-	-	110.000	28.000
Cemig Geração Salto Grande S.A.	-	-	-	17.793
Cemig Geração Itutinga S.A.	-	-	4.812	-
Cemig Geração Camargos S.A.	-	-	8.711	-
Horizontes Energia S.A.	-	-	11.660	-
Cemig PCH S.A.	-	-	13.230	-
Cemig Geração Poço Fundo S.A.	-	-	1.320	-
Cemig Trading S.A.	-	-	479	-
Aliança Geração de Energia S.A.	-	224.896	-	224.896
Rosal Energia S.A.	-	-	15.252	-
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	-	-	5.786	-
Outras (1)	-	7.202	-	9.515
	-	232.098	197.071	280.204

- (1) As controladas que compõem os montantes apresentados em "Outras" estão divulgadas na tabela anterior nas linhas de "Juros sobre capital próprio e dividendos".

Garantia de compra de energia

No âmbito dos Instrumentos de Financiamentos da Santo Antônio Energia S.A., a Companhia concedeu garantia de comercialização de energia desta investida, correspondente a até 57,42 MW médios ao ano, a uma receita anual mínima de R\$66.114, na data base de 31 de dezembro de 2007, reajustados pela variação do IPCA, durante o período de 1º de maio de 2027 até o final da liquidação das obrigações decorrentes destes Instrumentos de Financiamento. Adicionalmente, foi garantida a comercialização da energia assegurada dessa investida, de 6,04 MW médios, para o período de 1º de janeiro de 2030 até o final da liquidação das obrigações decorrentes dos referidos Instrumentos.

Aplicações em fundo de investimento – FIC Pampulha

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários”, no ativo circulante e não circulante, proporcionalmente à participação da Companhia no fundo, 55,84% em 30 de setembro de 2022 (53,20% em 31 de dezembro de 2021).

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal chave da administração

Os custos totais com o pessoal chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 30 de setembro de 2021 são demonstrados na tabela abaixo:

	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021
Remuneração	2.873	2.803
Participação nos resultados	686	412
Previdência privada	280	234
Planos de saúde e odontológico	28	20
Seguro de vida	8	-
Total (1)	3.875	3.469

(1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas são como segue:

	Nível	30/09/2022		31/12/2021	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Custo amortizado (1)					
Títulos e valores mobiliários	2	160.621	160.621	597.205	597.205
Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia	2	1.023.602	1.023.602	797.972	797.972
Fundos vinculados	2	14.387	14.387	17.063	17.063
Depósitos vinculados a litígios	2	210.685	210.685	161.820	161.820
Bonificação pela outorga – Concessões de geração	3	2.917.634	2.917.634	2.792.201	2.792.201
		4.326.929	4.326.929	4.366.261	4.366.261
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa – Aplicações financeiras		597.004	597.004	117.154	117.154
Títulos e valores mobiliários					
Certificados de depósitos bancários	1	598.038	598.038	55.290	55.290
Letras financeiras – Bancos	2	711.470	711.470	387.296	387.296
Letras financeiras do Tesouro	1	108.871	108.871	98.108	98.108
Debêntures	2	5.890	5.890	-	-
		2.021.273	2.021.273	657.848	657.848
Instrumentos financeiros derivativos - Swap/NDF	3	812.788	812.788	1.219.176	1.219.176
Indenizações a receber – Geração	3	669.216	669.216	816.202	816.202
		1.482.004	1.482.004	2.035.378	2.035.378
		7.830.206	7.830.206	7.059.487	7.059.487
Passivos financeiros					
Custo amortizado (1)					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2	(5.577.738)	(5.577.738)	(6.029.460)	(6.029.460)
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz)	2	(65.436)	(65.436)	(87.015)	(87.015)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão - Forluz	2	(124.727)	(124.727)	(121.961)	(121.961)
Concessões a pagar	3	(28.018)	(28.018)	(26.813)	(26.813)
Fornecedores	2	(529.481)	(529.481)	(383.786)	(383.786)
Arrendamentos	2	(46.959)	(46.959)	(45.450)	(45.450)
		(6.372.359)	(6.372.359)	(6.694.485)	(6.694.485)
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos - Swap/NDF	3	(91.693)	(91.693)	(6.130)	(6.130)
Opções de venda (SAAG)	3	(653.967)	(653.967)	(636.292)	(636.292)
		(7.118.019)	(7.118.019)	(7.336.907)	(7.336.907)

(1) Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros.

As informações sobre as (i) classificações dos instrumentos financeiros e valor justo; (ii) metodologia de cálculo do valor justo das posições; e (iii) instrumentos financeiros derivativos, estão divulgadas na nota explicativa 29 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

b) Instrumentos financeiros derivativos

Opções de venda SAAG

Encontra-se registrado nas informações contábeis intermediárias um passivo no valor de R\$653.967 referente à diferença entre o valor justo estimado para os ativos em relação ao preço de exercício. Considerando a liquidação antecipada dos Fundos e o vencimento da opção de venda, conforme descrito a seguir, esse montante foi transferido para o passivo circulante.

Adicionalmente, no terceiro trimestre de 2022, o valor total do passivo foi ajustado para refletir o recebimento, pelo FIP Melbourne, dos valores pagos pela AGPar, referentes ao Acordo decorrente da Sentença Arbitral CCBC-86/2016. Mais informações na nota explicativa nº 13.

A movimentação do valor das opções é como segue:

	Consolidado e Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2021	636.292
Variação do valor justo	17.675
Saldo em 30 de setembro de 2022	653.967

Essa opção de venda de investimentos tem potencialmente o poder de diluir os resultados por ação básicos no futuro, entretanto, não provocou diluição no lucro por ação nos períodos analisados.

Operações de Swap

Considerando que parte dos empréstimos e financiamentos da Companhia é denominada em moeda estrangeira, ela se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (operações de “swap” e opções de moeda) para proteção do serviço associado a estas dívidas (principal mais juros).

Os instrumentos financeiros derivativos contratados têm o propósito de proteger as operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Em junho de 2022 aconteceu a liquidação semestral de juros do swap, com resultado negativo de R\$35.505 e saída de caixa nesse mesmo valor (positivo de R\$1.069.162 no primeiro semestre de 2021, com entrada líquida de caixa de R\$912.341).

Em 29 de agosto de 2022, foi realizado o desfazimento parcial dos instrumentos financeiros derivativos contratados, no volume de US\$250 milhões, apurando-se, em favor da Companhia, o montante de R\$225.516, com entrada líquida de caixa no montante de R\$191.689.

A Companhia contratou, em 29 de agosto de 2022, uma proteção de curto prazo contra oscilação do dólar para o volume de US\$280 milhões, travando o dólar em R\$5,2040. O instrumento contratado foi uma NDF (Non Deliverable Forward), contrato a termo derivativo de câmbio, sem entrega física da moeda, que garantiu à Companhia uma taxa predeterminada no momento do vencimento, em 16 de dezembro de 2022.

Direito da Companhia	Obrigação da Companhia	Período de Vencimento	Mercado de Negociação	Valor principal contratado	Ganho/(Perda) realizado de Jan a Set/2022	Ganho/(Perda) realizado de Jan a Set/2021
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R\$ + 151,99% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Balcão	US\$250.000	206.154	954.841
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R\$ + 125,52% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Balcão	US\$500.000	(16.143)	90.621
US\$ variação cambial superior a R\$5,0984	US\$ variação cambial inferior a R\$5,0984	03 de agosto de 2021	Balcão	US\$600.000	-	23.700
					190.011	1.069.162

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos nestas operações representam um ajuste negativo, em 30 de setembro de 2022, no montante de R\$301.940 (ajuste negativo de R\$577.129 em 30 de setembro de 2021), registrado no resultado financeiro.

A controladora Cemig é garantidora desses instrumentos derivativos contratados pela Companhia.

O quadro a seguir apresenta os instrumentos derivativos em vigor em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

Direito da Companhia	Obrigação da Companhia	Período de vencimento	Mercado de negociação	Valor principal contratado (2)	Ganho/(Perda) não realizado		Ganho/(Perda) não realizado	
					Valor conforme contrato em 30/09/2022	Valor justo em 30/09/2022	Valor conforme contrato em 31/12/2021	Valor justo em 31/12/2021
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.) (1)	R\$ + 151,99% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Balcão	US\$250.000	418.702	284.347	873.095	706.401
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.) (1)	R\$ + 125,52% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Balcão	US\$500.000	552.725	368.139	577.565	506.645
US\$ variação cambial acima de R\$5,2040	US\$ variação cambial abaixo de R\$5,2040	16/12/2022	Balcão	US\$280.000	56.738	68.609	-	-
					1.028.165	721.095	1.450.660	1.213.046
Ativo circulante						68.609		-
Ativo não circulante						744.179		1.219.176
Passivo circulante						(91.693)		(6.130)

(1) Para a emissão original de US\$1 bilhão em Eurobonds, realizada em dezembro de 2017, foi contratada uma combinação de *Call Spread* do principal, com piso em R\$3,25/US\$ e teto em R\$5,00/US\$ e *swap* da totalidade dos juros, com troca do cupom de 9,25% a.a. por taxa média equivalente a 150,49% do CDI. Para a emissão adicional de US\$500 milhões em Eurobonds, realizada em julho de 2018, foi contratada uma combinação de *Call Spread* do principal, com piso em R\$3,85/US\$ e teto em R\$5,00/US\$ e *swap* da totalidade dos juros, com troca do cupom de 9,25% a.a. por taxa média equivalente a 125,52% do CDI. Esses instrumentos derivativos possuem teto de proteção de R\$5,00/dólar para o principal dos Eurobonds, que possui vencimento em dezembro de 2024. Caso a relação USD/BRL permaneça, em dezembro de 2024, acima de R\$5,00, a Companhia desembolsará, naquela data, a diferença entre o valor teto da proteção e dólar spot verificado. A Companhia está monitorando os possíveis riscos e impactos associados a valorização do dólar acima do patamar de R\$5,00 e avalia diversas estratégias para mitigação do risco cambial até o vencimento da operação. O instrumento derivativo protege integralmente o pagamento dos juros semestrais, independente da relação USD/BRL.

(2) Em milhares de dólares americanos (US\$).

A Companhia utiliza uma metodologia de marcação a mercado para mensuração do instrumento financeiro derivativo de proteção dos Eurobonds, em conformidade com as práticas de mercado. Os principais indicadores para mensurar o valor justo do *Swap* são as curvas de mercado de taxas DI e o dólar futuro negociados no mercado futuro da B3. Para precificar a *Call Spread* (opções) é utilizado o modelo *Black & Scholes* que tem como parâmetro, dentre outros, a volatilidade do dólar, mensurada com base no seu histórico de 2 anos.

O valor justo apurado em 30 de setembro de 2022 foi de R\$721.095 (R\$1.213.046 em 31 de dezembro de 2021), que seria uma referência caso a Companhia efetuasse a liquidação dos derivativos em 30 de setembro de 2022, porém os contratos de *swap* protegem o fluxo de caixa da empresa até o vencimento dos *bonds* em 2024 e representam o saldo contratual (*accrual*) de R\$1.028.165 em 30 de setembro de 2022 (R\$1.450.660 em 31 de dezembro de 2021).

A Companhia está exposta ao risco de mercado em função da contratação desse instrumento derivativo, sendo o seu resultado impactado pela alteração da taxa de juros e/ou da taxa de câmbio futuros. Com base nas curvas de juros e dólar futuro, a Companhia estima que em um cenário provável o seu resultado, em 30 de setembro de 2023, seria afetado, positivamente, pelos instrumentos derivativos (*swap* e *call spread*), ao fim do período contábil, em R\$101.304. O valor justo do instrumento financeiro foi estimado em R\$822.399, sendo um valor positivo de R\$849.865 referente à opção (*call spread*) e negativo de R\$27.466 referentes ao *swap*.

A Companhia mensurou os efeitos em seu resultado da redução do valor justo estimado partindo do cenário provável, sensibilizando a variação das taxas futuras de juros e dólar, bem como da volatilidade, em 25% e 50%, conforme demonstrado a seguir:

Controladora e Consolidado	Cenário base em 30/09/2022	Cenário provável em 30/09/2023	Cenário possível depreciação cambial e apreciação de juros 25%	Cenário remoto depreciação cambial e apreciação de juros 50%
Swap ponta ativa	3.033.599	2.982.260	2.759.729	2.546.216
Swap ponta passiva	(3.100.113)	(3.009.726)	(3.072.249)	(3.133.325)
Opção/Call Spread	719.000	849.865	817.907	782.253
NDF	68.609	-	-	-
Instrumento derivativo de hedge	721.095	822.399	505.387	195.144

O valor justo foi estimado aplicando-se os mesmos métodos de mensuração utilizados na marcação a mercado do instrumento derivativo descrito acima.

c) Gestão de riscos

Risco de taxas de câmbio

Para o montante da dívida em moeda estrangeira, foram contratados instrumentos financeiros derivativos, na modalidade de operações de *swap* cambial para proteção dos pagamentos de juros e na modalidade de *call spread* para proteção do principal de acordo com a Política de Hedge da Companhia. A exposição da Companhia aos riscos de mercado associados à contratação desse instrumento foi descrita no tópico “Operações de *Swap*” desta nota explicativa.

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, com impacto em empréstimos e financiamentos e no fluxo de caixa, cuja exposição líquida é como segue:

Exposição às taxas de câmbio	Consolidado e Controladora			
	30/09/2022		31/12/2021	
	Moeda estrangeira	R\$	Moeda estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e financiamentos (nota 19)	(1.034.763)	(5.594.550)	(1.007.557)	(5.622.673)
Passivo líquido exposto		(5.594.550)		(5.622.673)

Análise de sensibilidade

A Companhia, com base em informações disponibilizadas por seus consultores financeiros, estima que, em um cenário provável, a variação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real, em 30 de setembro de 2023, será uma desvalorização de 7,89% para o dólar (R\$4,98) norte-americano. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos da variação cambial esperada do Real, considerando um aumento de 25% e 50% em relação ao cenário provável.

Risco - Exposições cambiais: Consolidado	30/09/2022	30/09/2023		
	Valor Contábil	Cenário Provável Dólar 4,98	Cenário Possível +25% Dólar 6,23	Cenário Remoto +50% Dólar 7,47
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e financiamentos (nota 19)	(5.594.550)	(5.153.120)	(6.446.574)	(7.729.680)
Passivo líquido exposto	(5.594.550)	(5.153.120)	(6.446.574)	(7.729.680)
Efeito líquido da variação cambial		441.430	(852.024)	(2.135.130)

Risco de taxa de juros

Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas despesas financeiras atreladas aos empréstimos, financiamentos e debêntures em moeda nacional, e pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras realizadas pela Companhia e suas controladas. A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

A Companhia e suas controladas estão expostas aos riscos de redução das taxas de juros nacionais, em função de ter ativos indexados à variação das taxas de juros, conforme segue:

Exposição da Companhia às taxas de juros nacionais	Consolidado		Controladora	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Ativos				
Equivalentes de caixa - Aplicações (nota 5)	597.004	117.154	543.085	82.292
Títulos e valores mobiliários - CDI/Selic (nota 6)	1.584.890	1.137.899	938.760	745.258
Fundos vinculados - CDI	14.387	17.063	6.264	5.843
Ativo líquido exposto	2.196.281	1.272.116	1.488.109	833.393

Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas estimam que, em um cenário provável, em 30 de setembro de 2023, a taxa Selic será de 13,00%. A Companhia e suas controladas fizeram uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma redução na taxa Selic de 25% e 50% em relação ao cenário provável. A taxa CDI acompanha a taxa Selic.

Risco – Redução nas Taxa de juros nacionais: Consolidado	30/09/2022	30/09/2023		
	Valor Contábil	Cenário Provável SELIC 13,00%	Cenário Possível -25% SELIC 9,75%	Cenário Remoto -50% SELIC 6,50%
Ativos				
Equivalentes de caixa - Aplicações (nota 5)	597.004	674.615	655.212	635.809
Títulos e valores mobiliários (nota 6)	1.584.890	1.790.926	1.739.417	1.687.908
Fundos vinculados	14.387	16.257	15.790	15.322
Ativo líquido exposto	2.196.281	2.481.798	2.410.419	2.339.039
Efeito líquido da variação das taxas de juros		285.517	214.138	142.758

Risco de inflação

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de redução das taxas de inflação em 30 de setembro de 2022, sendo parte de seus empréstimos, financiamentos e debêntures, bem como seus passivos de pós-emprego são atrelados ao IPCA. Em contrapartida, os índices que corrigem as receitas vinculadas aos contratos também estão indexados à variação da inflação por meio do IPCA, contrabalanceando parte da exposição ao risco da Companhia.

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de redução da inflação em função de ter mais ativos que passivos indexados à variação dos indicadores de inflação, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da companhia à inflação	Consolidado		Controladora	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Ativos				
Geração – Bonificação de outorga - IPCA (nota 11)	2.917.634	2.792.201	-	-
Passivos				
Empréstimos, financiamentos e debêntures - IPCA (nota 19)	-	(428.367)	-	(428.367)
Dívida pactuada com fundo de pensão - Forluz (nota 21)	(65.436)	(87.015)	(65.436)	(87.015)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão - Forluz (nota 21)	(124.727)	(121.961)	(124.727)	(121.961)
	(190.163)	(637.343)	(190.163)	(637.343)
Ativo (Passivo) líquido exposto	2.727.471	2.154.858	(190.163)	(637.343)

Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas estimam que, em um cenário provável, em 30 de setembro de 2023, a taxa IPCA será de 5,37%. No que se refere ao risco de redução da inflação, a Companhia e suas controladas fizeram uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma redução nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável.

Risco - Redução da inflação: Consolidado	30/09/2022	30/09/2023		
	Valor Contábil	Cenário Provável	Cenário Possível -25%	Cenário Remoto -50%
		IPCA 5,37%	IPCA 4,03%	IPCA 2,69%
Ativos				
Geração - Bonificação de outorga - IPCA (nota 11)	2.917.634	3.074.311	3.035.215	2.996.118
Passivos				
Dívida pactuada c/fundo de pensão - Forluz (nota 21)	(65.436)	(68.950)	(68.073)	(67.196)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão - Forluz (nota 21)	(124.727)	(131.425)	(129.753)	(128.082)
	(190.163)	(200.375)	(197.826)	(195.278)
Ativo líquido exposto	2.727.471	2.873.936	2.837.389	2.800.840
Efeito líquido da variação da inflação		146.465	109.918	73.369

Risco de Liquidez

As informações sobre como a Companhia administra o risco de liquidez estão divulgadas na nota explicativa nº 29 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia com fornecedores, dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, pode ser observado na tabela a seguir:

Consolidado	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros à taxa de juros:						
Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	282.941	274.779	5.718.819	-	6.276.539
Concessões a pagar	348	687	3.075	13.618	15.044	32.772
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz)	3.289	6.635	30.733	31.830	-	72.487
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)	1.453	2.929	13.595	79.908	100.106	197.991
	5.090	293.192	322.182	5.844.175	115.150	6.579.789
Pré-fixadas						
Fornecedores	526.502	2.979	-	-	-	529.481
	531.592	296.171	322.182	5.844.175	115.150	7.109.270

Controladora	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros à taxa de juros:						
Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	282.941	274.779	5.718.819	-	6.276.539
Concessões a pagar	348	687	3.075	13.618	15.044	32.772
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz)	3.289	6.635	30.733	31.830	-	72.487
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)	1.453	2.929	13.595	79.908	100.106	197.991
	5.090	293.192	322.182	5.844.175	115.150	6.579.789
Pré-fixadas						
Fornecedores	489.712	421	-	-	-	490.133
	494.802	293.613	322.182	5.844.175	115.150	7.069.922

Risco de antecipação do vencimento de dívidas

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas (“*covenants*”) normalmente aplicáveis a esse tipo de operação, relacionadas ao atendimento de índice financeiro. O não atendimento destas cláusulas pode implicar na aceleração do vencimento da dívida.

A Companhia não identificou eventos ou condições de não conformidade de suas obrigações restritivas atreladas a índices financeiros com exigibilidade de cumprimento semestral e anual. Mais detalhes na nota explicativa nº 19.

Risco de crédito e risco hidrológico

As informações sobre como a Companhia administra o risco de crédito e o risco hidrológico estão divulgadas na nota explicativa nº 29 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

d) Administração de capital

As comparações do passivo líquido consolidado da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido são apresentadas a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Total do passivo	11.036.756	11.595.320	10.606.646	11.147.824
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	(598.888)	(123.071)	(543.356)	(86.064)
(-) Títulos e valores mobiliários (nota 6)	(1.579.284)	(943.789)	(935.440)	(618.130)
Passivo líquido	8.858.584	10.528.460	9.127.850	10.443.630
Total do patrimônio líquido	9.410.100	7.755.454	9.410.100	7.755.454
Relação passivo líquido sobre patrimônio líquido	0,94	1,36	0,97	1,35

29. SEGMENTOS OPERACIONAIS

As informações detalhadas sobre os segmentos operacionais estão divulgadas na nota explicativa 5 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 30 SETEMBRO DE 2022								
DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA			Participações	TOTAL	Transações intersegmentos (1)	Conciliação (2) (3)	TOTAL
	Geração	Transmissão	Comercialização					
RECEITA LÍQUIDA	2.003.331	855.092	4.394.956	-	7.253.379	(1.113.667)	(47.131)	6.092.581
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA	(232.401)	(204)	(4.166.586)	-	(4.399.191)	1.113.667	8.422	(3.277.102)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS (3)								
Pessoal	(114.944)	(95.231)	(18.178)	(22.447)	(250.800)	-	-	(250.800)
Participação dos empregados no resultado	(12.450)	(11.735)	(2.214)	(2.724)	(29.123)	-	-	(29.123)
Obrigações pós-emprego	(50.243)	(31.371)	(7.178)	(9.773)	(98.565)	-	-	(98.565)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(320.139)	(55.241)	(9.464)	(28.485)	(413.329)	-	38.709	(374.620)
Depreciação e amortização	(246.459)	(2)	(10)	-	(246.471)	-	-	(246.471)
Provisões	(7.136)	(963)	(40.634)	37.076	(11.657)	-	-	(11.657)
Custo de construção de infraestrutura de transmissão	-	(197.998)	-	-	(197.998)	-	-	(197.998)
Total do custo de operação	(751.371)	(392.541)	(77.678)	(26.353)	(1.247.943)	-	38.709	(1.209.234)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(983.772)	(392.745)	(4.244.264)	(26.353)	(5.647.134)	1.113.667	47.131	(4.486.336)
Resultado de equivalência patrimonial	251	-	15	448.872	449.138	-	-	449.138
Ganho na alienação de ativo mantido para venda	-	-	-	6.644	6.644	-	-	6.644
RESULTADO OPER. ANTES DO RESULT. FIN. E TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	1.019.810	462.347	150.707	429.163	2.062.027	-	-	2.062.027
Resultado financeiro	(124.589)	(80.248)	21.199	(201.312)	(384.950)	-	-	(384.950)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	895.221	382.099	171.906	227.851	1.677.077	-	-	1.677.077
Imposto de renda e contribuição social	(265.339)	(118.873)	(37.544)	399.325	(22.431)	-	-	(22.431)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	629.882	263.226	134.362	627.176	1.654.646	-	-	1.654.646

(1) As transações intersegmentos são integralmente realizadas entre os segmentos de geração e comercialização.

(2) A conciliação entre os valores dos segmentos divulgáveis e as informações contábeis sobre receitas e custos representam as operações entre as empresas consolidadas (eliminações).

(3) As informações dos custos e despesas operacionais por natureza são segregadas de acordo com o modelo interno de negócios, que apresenta diferenças imateriais em relação às informações contábeis.

(4) As informações dos custos e despesas operacionais por natureza são segregadas de acordo com o modelo interno de negócios, que apresenta diferenças imateriais em relação às informações contábeis.

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 30 DE SETEMBRO DE 2021								
DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA			Participações	TOTAL	Transações intersegmentos (1)	Conciliação (2) (3)	TOTAL
	Geração	Transmissão	Comercialização					
RECEITA LÍQUIDA	2.137.635	687.399	4.660.590	-	7.485.624	(1.183.134)	(42.171)	6.260.319
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA	(571.507)	-	(4.245.838)	-	(4.817.345)	1.183.134	4.106	(3.630.105)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS (3)								
Pessoal	(112.865)	(81.652)	(15.068)	(19.749)	(229.334)	-	-	(229.334)
Participação dos empregados no resultado	(12.044)	(10.791)	(2.021)	(2.618)	(27.474)	-	-	(27.474)
Obrigações pós-emprego	(30.174)	(27.311)	(5.044)	(6.648)	(69.177)	-	-	(69.177)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(146.313)	(53.999)	(9.146)	(19.812)	(229.270)	-	38.065	(191.205)
Depreciação e amortização	(179.031)	(2.576)	(389)	(533)	(182.529)	-	-	(182.529)
Provisões	(12.643)	(7.980)	(14.108)	(38.007)	(72.738)	-	-	(72.738)
Custo de construção de infraestrutura de transmissão	-	(101.728)	-	-	(101.728)	-	-	(101.728)
Total do custo de operação	(493.070)	(286.037)	(45.776)	(87.367)	(912.250)	-	38.065	(874.185)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(1.064.577)	(286.037)	(4.291.614)	(87.367)	(5.729.595)	1.183.134	42.171	(4.504.290)
Ganhos com repactuação do risco hidrológico – Lei 14.052/20	1.031.809	-	-	-	1.031.809	-	-	1.031.809
Revisão Tarifaria Periódica, líquida	-	217.063	-	-	217.063	-	-	217.063
Resultado de equivalência patrimonial	32.971	-	-	23.073	56.044	-	-	56.044
RESULTADO OPER. ANTES DO RESULT. FIN. E TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	2.137.838	618.425	368.976	(64.294)	3.060.945	-	-	3.060.945
Resultado financeiro	(681.225)	(350.900)	12.655	(891.882)	(1.911.352)	-	-	(1.911.352)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	1.456.613	267.525	381.631	(956.176)	1.149.593	-	-	1.149.593
Imposto de renda e contribuição social	(384.301)	(73.268)	(93.564)	323.837	(227.296)	-	-	(227.296)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	1.072.312	194.257	288.067	(632.339)	922.297	-	-	922.297

- (1) As transações intersegmentos são integralmente realizadas entre os segmentos de geração e comercialização.
- (2) A conciliação entre os valores dos segmentos divulgáveis e as informações contábeis sobre receitas e custos representam as operações entre as empresas consolidadas (eliminações).
- (3) As informações dos custos e despesas operacionais por natureza são segregadas de acordo com o modelo interno de negócios, que apresenta diferenças imateriais em relação às informações contábeis.

As informações referentes aos ativos por segmentos não são apresentadas, pois não compõem o conjunto de informações disponibilizadas aos Administradores da Companhia.

30. ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA

Processo de alienação de participação da Cemig GT na Renova

Em 11 de novembro de 2021, a Companhia celebrou instrumento de Compra e Venda de Ações, Cessão Onerosa de Créditos e Outras Avenças (“instrumento”) com veículo de investimento da Angra Partners, o AP Energias Renováveis Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, administrado e gerido pela Mantiq Investimentos Ltda para alienação da totalidade de sua participação detida no capital social da Renova Energia S.A. – Em Recuperação Judicial (“Renova”) e para a cessão onerosa da totalidade dos créditos detidos pela Companhia em face da Renova Comercializadora de Energia S.A. – Em Recuperação Judicial, pelo valor total de R\$60 milhões e o direito ao recebimento de *earn-out* pela Companhia, condicionada a eventos futuros.

De acordo com o Instrumento, a conclusão da transação estava sujeita ao cumprimento de determinadas condições precedentes usuais em transações similares, incluindo a aprovação prévia dos órgãos reguladores competentes, dos credores detentores de garantias reais listados no Plano de Recuperação Judicial da Renova e de contrapartes em determinados contratos comerciais.

O investimento na Renova, que apresentava valor nulo desde 31 de dezembro de 2018, quando este foi reduzido a zero em virtude da apresentação, de patrimônio líquido negativo, foi classificado como ativo mantido para venda, nos termos do CPC 31/IFRS 5 – *Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada*, no quarto trimestre de 2021, diante da alta probabilidade de conclusão do seu plano de venda, especialmente após a aprovação do órgão de governança competente, que precedeu à assinatura do instrumento.

Conclusão da transação de venda

Em 5 de maio de 2022, a Companhia concluiu a alienação da totalidade de sua participação societária detida no capital social da Renova, bem como a cessão onerosa da totalidade de seus créditos detidos em face desta investida, pelo valor total de R\$60.000, com direito ao recebimento de *earn-out* pela Companhia, condicionado a eventos futuros, nos termos do contrato firmado em 11 de novembro de 2021 com o AP Energias Renováveis Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

Como resultado da conclusão da transação, a Companhia reconheceu os seguintes efeitos contábeis, em maio de 2022:

Consolidado	
Quantidade de ações detidas pela Cemig	15.115.372
Preço de venda total	6.644
Valor do ativo mantido para venda em 31/03/2022	-
Ganho de capital contábil	6.644
IRPJ e CSLL (alíquota nominal) (1)	(2.259)
Ganho de capital líquido de tributos e custos com venda:	4.385
Valor recebido pela cessão onerosa dos créditos detidos pela Cemig GT	53.356
Valor contábil dos créditos	-
Ganho apurado com a cessão dos créditos - Outras receitas	53.356
IRPJ e CSLL (alíquota nominal) (1)	(18.141)
Ganho com a cessão dos créditos líquido de tributos	35.215
Despesas com venda estimadas (2)	(3.959)
Total a ser recebido, líquido das despesas estimadas	35.641

(1) A realização da dedutibilidade do valor total dos créditos, que estavam totalmente provisionados na contabilidade, e a dedutibilidade do ágio pago na aquisição do investimento geraram um prejuízo fiscal de R\$504.351, reduzindo a despesa de IRPJ e CSLL em R\$315.318.

(2) Despesas estimadas com base nos serviços de assessoria jurídica contratada.

31. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI

Em 17 de junho de 2021, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais instaurou Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI para apurar atos de gestão da Cemig, desde janeiro de 2019. A CPI teve poderes para investigar os fatos que fundamentaram o requerimento de sua instauração, sendo que por meio de requerimentos, a CPI solicitou diversas informações e documentos relacionados principalmente a gestão de pessoas e processos de compras, que foram integralmente atendidos pela Companhia em conformidade aos prazos estipulados.

Em 18 de fevereiro de 2022, foi aprovado o relatório final dos trabalhos da CPI, encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais e demais órgãos de controle para avaliação dos encaminhamentos que serão adotados. Até o momento não houve qualquer definição de medidas que poderão ser adotadas pelo MPMG em virtude dos resultados apontados pela CPI.

Ressalta-se, no que tange aos processos de contratação, que a Companhia realiza auditorias regulares e atualmente existe apuração em curso sobre um deles, sendo que com base nos resultados identificados até o momento, não foram identificados impactos materiais nas informações contábeis intermediárias de 30 de setembro de 2022 ou nas demonstrações financeiras de exercícios anteriores.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicados de outra forma)

Resultado do trimestre

A Cemig Geração e Transmissão apresentou, no terceiro trimestre de 2022, um lucro líquido de R\$251.242 em comparação ao prejuízo de R\$210.659 no terceiro trimestre de 2021, decorrente, principalmente, da variação no resultado financeiro da Companhia.

No terceiro trimestre de 2022, destaca-se o reconhecimento das receitas com variação cambial da dívida em moeda estrangeira (Eurobonds) e perdas no instrumento de hedge correspondente, que atingiu o resultado negativo de R\$45.219 (líquido de tributos) no terceiro trimestre de 2022, em comparação ao resultado negativo no montante de R\$309.516 (líquido de tributos) no mesmo período de 2021. Adicionalmente, houve o reconhecimento de receita no montante de R\$132.821, relacionado ao pagamento realizado pela AGPar ao FIP Melbourne associado ao Acordo decorrente de processo de arbitragem com resultado favorável à Companhia (mais detalhes na nota explicativa nº 13).

O resultado do terceiro trimestre de 2021 foi impactado, principalmente, pelo reconhecimento de ágio na recompra de títulos de dívida no montante de R\$491.036, como resultado da recompra parcial dos Eurobonds – *Tender Offer*. Mais detalhes na nota explicativa nº 19.

As principais variações na receita, custos, despesas e resultado financeiro estão apresentadas na sequência deste relatório.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização – Lajida

O Lajida da Cemig Geração e Transmissão, ajustado pela exclusão dos itens não recorrentes, reduziu 9,09% no terceiro trimestre de 2022, em comparação ao terceiro trimestre de 2021, e sua margem em relação à receita líquida passou de 15,55% para 17,45% nos períodos analisados. No período de janeiro a setembro de 2022, o Lajida ajustado aumentou 36,06% quando comparado ao mesmo período de 2021 e a margem passou de 24,56% para 34,34% nos períodos analisados.

O Lajida da Companhia, calculado de acordo com a Resolução CVM 156/2022, reduziu 37,28% no terceiro trimestre de 2022, em comparação ao mesmo período de 2021 e sua margem em relação à receita líquida passou de 33,73% para 26,12% nos períodos analisados. No período de janeiro a setembro de 2022, o Lajida reduziu 28,83% quando comparado ao mesmo período de 2021 e a margem ajustada apresentou passou de 51,81% para 37,89% nos períodos analisados.

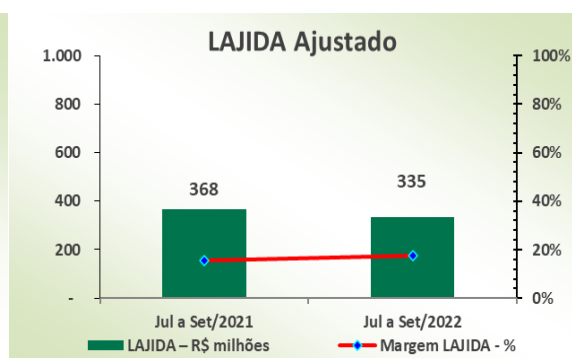
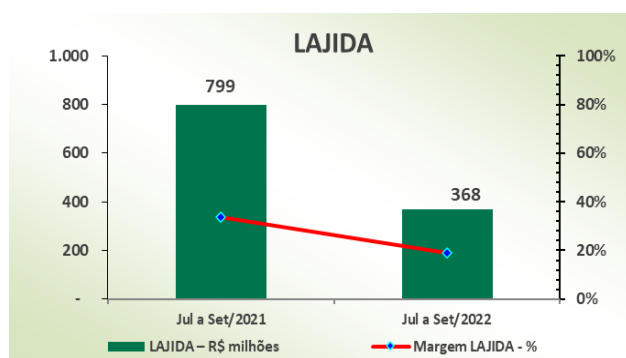
As principais justificativas para essas variações estão descritas no decorrer deste Comentário.

Lajida – R\$ mil	Jul a Set/2022	Jul a Set/2021	Var %	Jan a Set/2022	Jan a Set/2021	Var %
Lucro líquido (prejuízo) do período	251.242	(210.659)	(219,26)	1.654.646	922.297	79,40
+/- Despesa de IR e Contribuição Social correntes e diferidos	20.548	(218.136)	-	22.431	227.296	(90,13)
+ Resultado financeiro líquido	147.075	1.142.300	-	384.950	1.911.352	(79,86)
+ Depreciação e amortização	82.288	85.517	(3,78)	246.471	182.529	35,03
Lajida conforme "Resolução CVM 156" (1)	501.153	799.022	(37,28)	2.308.498	3.243.474	(28,83)
Efeitos não recorrentes e não caixa						
- Ganhos com repactuação do risco hidrológico - Lei 14.052/20, líquido (nota 15)	-	(122.208)	-	-	(1.031.809)	-
- Ganhos com repactuação do risco hidrológico - Lei 14.052/20, investidas (*)	-	(308.460)	-	-	(308.460)	-
- Receita por antecipação de prestação de serviço, líquida (**)	-	-	-	-	(148.350)	-
- Resultado da RTP, líquido	-	-	-	-	(217.063)	-
- Ganho na alienação de ativo mantido para venda (nota 30)	-	-	-	(60.000)	-	-
+ Baixa de ativo financeiro (nota 11)	-	-	-	171.770	-	-
- Reversão de provisões para perda - MESA (nota 13)	-	-	-	(161.648)	-	-
- Reversão de Provisões Tributárias - INSS s/ PLR	(67.451)	-	-	(67.451)	-	-
+ Perda por redução ao valor recuperável	37.182	-	-	37.182	-	-
+ Provisões tributárias - Indenização do anuênio	31.544	-	-	31.544	-	-
- Opção de venda - SAAG	(34.748)	-	-	(34.748)	-	-
- Resultado do Acordo entre FIP Melbourne e AGPar	(132.821)	-	-	(132.821)	-	-
= Lajida ajustado (2)	334.859	368.354	(9,09)	2.092.326	1.537.792	36,06

(*) As controladas em conjunto NESA, Aliança Geração e a coligada Madeira reconheceram em, 30 de setembro de 2021, os montantes de R\$30.454, R\$149.136 e R\$128.870, respectivamente, relacionados à repactuação do risco hidrológico.

(**) O montante refere-se à antecipação de valores pela prestação de serviços da controlada ESCEE para consumidor livre, líquido de PIS/Pasep e Cofins.

- Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas informações contábeis intermediárias consolidadas, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.
- A Companhia ajusta o Lajida calculado em conformidade à Resolução CVM 156/2022 excluindo os itens que, pela sua natureza, não contribuem para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa uma vez que são extraordinárias.



Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	Jul a Set/2022			Jul a Set/2021		
	MWh	R\$ (milhares)	Preço médio MWh faturado (R\$/MWh) ¹	MWh	R\$ (milhares)	Preço médio MWh faturado (R\$/MWh) ¹
Industrial	3.627.964	1.094.518	301,69	3.838.364	1.040.722	271,14
Comercial	997.490	254.045	254,68	1.042.841	222.394	213,26
Rural	4.032	1.204	298,61	6.217	1.677	269,74
Subtotal	4.629.486	1.349.767	291,56	4.887.422	1.264.793	258,79
Fornec. não faturado, líquido	-	(30.124)	-	-	29.728	-
	4.629.486	1.319.643	291,56	4.887.422	1.294.521	258,79
Suprim. outras concessionárias (2)	2.859.640	535.183	187,15	3.106.070	777.773	250,40
Suprim. não faturado líquido	-	17.279	-	-	70.331	-
	7.489.126	1.872.105	251,69	7.993.492	2.142.625	255,53

(1) O preço médio não inclui a receita de fornecimento/suprimento não faturado.

(2) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$1.872.105 no terceiro trimestre de 2022 em comparação a R\$2.142.625 no terceiro trimestre de 2021, uma redução de 12,63%. Essa variação está associada, principalmente, à redução de 5,28% no consumo pelos clientes livres das classes industrial, comercial e rural, e redução de 7,93% na venda para comercializadores e geradores de energia. Essas variações estão associadas, principalmente, à transferência de contratos de compra e venda de energia para a Cemig (controladora da Companhia).

Receita de concessão da transmissão

A receita de transmissão da Companhia e da Centroeste é constituída pela soma das receitas de construção, reforço, melhoria, operação e manutenção, previstas nos contratos de transmissão, cujas principais variações estão apresentadas a seguir:

- A receita de operação e manutenção da infraestrutura foi de R\$191.022 no terceiro trimestre de 2022, em comparação a R\$140.511 no terceiro trimestre de 2021, um aumento de 35,95%, associado, principalmente ao reajuste anual da RAP da transmissora, como efeitos da Resolução Homologatória Aneel nº 3.067/2022;
- As receitas de construção, reforço e melhoria da infraestrutura foram de R\$100.492 no terceiro trimestre de 2022, comparados a R\$75.694 no terceiro trimestre de 2021, um aumento de 32,76%, em razão, basicamente, do aumento dos investimentos em transmissão; e
- Redução de 73,81% na receita de remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão, que foram de R\$41.635 e R\$158.956 nos terceiros trimestres de 2022 e de 2021, respectivamente. Essa variação está associada, principalmente, à variação do IPCA, que foi de (1,32)% no terceiro trimestre de 2022 comparada a 3,02% no mesmo período de 2021, base para a remuneração do contrato.

Para mais informações, ver nota explicativa nº 12.

Receita com transações com energia na CCEE

A receita com transações com energia na CCEE foi de R\$95.918 no terceiro trimestre de 2022 em comparação a R\$212.490 no terceiro trimestre de 2021, representando uma redução de 54,86%. Essa redução deve-se, principalmente, à redução de 88,58% no valor médio do preço de liquidação de diferenças (PLD) do Sudeste/Centro-Oeste, apresentando valor médio de R\$66,43/MWh no terceiro trimestre de 2022 comparado a R\$581,71/MWh no terceiro trimestre de 2021, em função de uma melhor condição hidrológica.

Tributos e encargos incidentes sobre a receita

Os tributos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$488.366 no terceiro trimestre de 2022 comparados a R\$523.493 no terceiro trimestre de 2021, uma redução de 6,71%. Essa variação está associada, principalmente, a tributos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, suas variações decorrem, substancialmente, das variações ocorridas na receita.

Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais foram de R\$1.674.957 no terceiro trimestre de 2022 em comparação a R\$1.956.813 no terceiro trimestre de 2021, apresentando uma redução de 14,40%.

As principais variações nos componentes dos custos e despesas operacionais estão descritas a seguir:

Energia elétrica comprada para revenda

O custo com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$1.255.370 no terceiro trimestre de 2022, comparado a R\$1.542.127 no terceiro trimestre de 2021, representando uma redução de 18,59%. Essa variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- redução de 11,05% nos custos com energia adquirida no ambiente livre, sendo de R\$1.369.996 no terceiro trimestre de 2022, em comparação a R\$1.540.193 no terceiro trimestre de 2021, associado, principalmente, à transferência de contratos de compra de energia para a Cemig (controladora da Companhia) e redução do preço médio de compra da carteira, influenciado pelo término de contratos mais caros e início de contratos mais baratos; e
- redução de 91,58% das despesas com compra de energia de curto prazo, sendo de R\$13.054 no terceiro trimestre de 2022, em comparação a R\$155.045 no terceiro trimestre de 2021. Essa redução deve-se, principalmente, à sobra de energia em 2022, quando comparada às posições de 2021. Adicionalmente, foi observada uma redução de 88,58% no valor médio do preço de liquidação de diferenças (PLD) do Sudeste/Centro-Oeste, apresentando valor médio de R\$66,43/MWh no terceiro trimestre de 2022 comparado a R\$581,71/MWh no terceiro trimestre de 2021, em função de uma melhor condição hidrológica.

Provisões operacionais

As provisões operacionais representaram uma constituição no montante de R\$4.699 no terceiro trimestre de 2022, em comparação a constituição de R\$36.432, no mesmo período de 2021, uma redução de 87,10%. As principais razões para essa redução estão descritas a seguir:

- As provisões para opção de venda da SAAG representaram uma reversão de R\$14.724 no terceiro trimestre de 2022, em comparação à constituição de R\$22.977 no terceiro trimestre de 2021. Esse movimento está associado, basicamente, aos efeitos positivos sobre o valor recuperável da MESA. Além disso, no terceiro trimestre de 2022, o valor total do passivo foi ajustado para refletir o recebimento pelo FIP dos valores pagos pela AGPar, referentes ao Acordo decorrente da Sentença Arbitral CCBC-86/2016. Mais informações na nota explicativa nº 13;
- Reconhecimento de reversão de provisão tributária relacionada às contribuições previdenciárias sobre o pagamento de Participação dos Lucros e Resultados (PRL) no montante de R\$67.451, decorrente da alteração do prognóstico de provável para possível. Mais detalhes na nota explicativa nº 22.
- Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo reconhecimento de provisão tributária relacionada a ação judicial relativa à incidência da Contribuição Previdenciária sobre os anuênios, no montante de R\$31.544, decorrente da alteração do prognóstico de possível para provável. Mais detalhes na nota explicativa nº 22; e
- Reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável no montante de R\$37.182 referente a débito da White Martins, que será objeto de procedimento arbitral. Mais detalhes na nota explicativa nº 25(c).

Obrigações pós-emprego

O impacto das obrigações pós-emprego da Companhia no terceiro trimestre de 2022 foi uma despesa no montante de R\$34.599, em comparação a uma despesa de R\$23.202 no terceiro trimestre de 2021, representando um aumento de 42,12%. Essa variação se deve, principalmente, ao aumento na taxa de desconto e na expectativa de inflação, os quais elevaram a projeção dos custos do pós-emprego para 2022.

Custo de construção

O custo de construção foi de R\$72.112 no terceiro trimestre de 2022, em comparação a R\$54.604 no terceiro trimestre de 2021, um aumento de 32,06%, em razão, principalmente, da execução da carteira de projetos de investimentos em transmissão, com maior fornecimento de equipamentos e conclusão de serviços no terceiro trimestre de 2022.

Resultado de equivalência patrimonial

Foram reconhecidos ganhos líquidos com equivalência patrimonial no montante de R\$175.118 no terceiro trimestre de 2022 em comparação a ganhos líquidos no montante de R\$178.884 no terceiro trimestre de 2021.

O resultado de 2022 está associado, principalmente, ao reconhecimento de recebível no montante de R\$132.821, no terceiro trimestre de 2022, relacionado ao pagamento realizado pela AGPar ao FIP Melbourne associado ao Acordo decorrente da Sentença Arbitral CCBC-86/2016. Já o resultado observado no terceiro trimestre de 2021 decorre, essencialmente, da melhoria no resultado com equivalência patrimonial apurado para as investidas Aliança Geração, Amazônia Energia e Aliança Norte (acionistas da Norte Energia S.A. – “NESA”) e Santo Antônio Energia, devido ao reconhecimento dos efeitos da repactuação do risco hidrológico (GSF).

Vide a composição dos resultados de equivalência patrimonial por investida na nota explicativa nº 13.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$147.075 no terceiro trimestre de 2022 em comparação a uma despesa financeira líquida de R\$1.142.300 no terceiro trimestre de 2021. Essa variação está associada, principalmente, aos seguintes fatores:

- variação positiva do dólar em relação ao Real no terceiro trimestre de 2022, de 3,22%, em comparação à variação positiva de 8,74% no mesmo período de 2021, gerando o registro de despesas no montante de R\$168.600 e despesas de R\$504.600 no terceiro trimestre de 2022 e 2021, respectivamente;
- o valor justo do instrumento financeiro contratado para proteção dos riscos vinculados aos Eurobonds apresentou variação positiva no terceiro trimestre de 2022, no montante de R\$100.087, em comparação ao reconhecimento de ganho no montante de R\$35.636 no terceiro trimestre de 2021. O resultado do terceiro trimestre de 2022 é decorrente, principalmente, da apreciação do dólar frente ao real; e
- reconhecimento do ágio na recompra de títulos de dívida no montante de R\$491.036, no terceiro trimestre de 2021, como resultado da recompra parcial dos Eurobonds – *Tender Offer*.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 26.

Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apurou no terceiro trimestre de 2022, despesa com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$20.548 em relação ao lucro de R\$271.790 antes dos efeitos fiscais, representando 7,56% de alíquota efetiva. No terceiro trimestre de 2021, a Companhia apurou créditos com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$218.136 em relação ao prejuízo de R\$428.795 antes dos efeitos fiscais, representando 50,87% de alíquota efetiva.

Estas alíquotas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 9(d).

Reynaldo Passanezi Filho
Diretor Presidente

Dimas Costa
Diretor Cemig Comercialização

Leonardo George de Magalhães
Diretor de Finanças e Relações com
Investidores

Thadeu Carneiro da Silva
Diretor Cemig Geração e Transmissão

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo
Diretor Cemigpar

Marney Tadeu Antunes
Diretoria sem denominação

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria
CRC-MG-47.822

José Guilherme Grigolli Martins
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador – CRC-1SP/242451-04



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão das informações trimestrais - ITR

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Cemig Geração e Transmissão S.A.
Belo Horizonte – MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado nas notas explicativas 13 e 31 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, existem investigações sendo conduzidas por autoridades públicas na Companhia, suas controladas e nas investidas Madeira Energia S.A. e Norte Energia S.A., que envolvem as investidas e seus executivos e outros acionistas dessas investidas. Neste momento, não é possível prever os desdobramentos decorrentes destes processos de investigação conduzidos pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos reflexos sobre as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.



Valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos aos balanços patrimoniais individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2021 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 29 de março de 2022 sem modificação e às demonstrações individuais e consolidadas do resultado e do resultado abrangente do período de três e nove meses e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses do trimestre findo em 30 de setembro de 2021 foram anteriormente revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 11 de novembro de 2021, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às Demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, foram submetidos aos mesmos procedimentos de revisão por aqueles auditores independentes e, com base em sua revisão, aqueles auditores emitiram relatório reportando que não tiveram conhecimento de nenhum fato que os levasse a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 11 de novembro de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG

Thiago Rodrigues de Oliveira
Contador CRC 1SP259468/O-7